



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**ZOË DE ARAÚJO PERNA**

**ENTRE O SEGUNDO REINADO E O BOLSONARISMO:  
UMA ANÁLISE HEGELIANA DA ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL**

Brasília  
2024

**ZOË DE ARAÚJO PERNA**

**ENTRE O SEGUNDO REINADO E O BOLSONARISMO:  
UMA ANÁLISE HEGELIANA DA ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência  
Política da Universidade de Brasília como  
requisito à obtenção do título de Bacharel em  
Ciência Política

Professor Orientador: Pablo Holmes

Brasília  
2024

## AGRADECIMENTOS

Tal como a consciência-de-si, cuja efetivação enquanto em si e para si é condicionada ao seu reconhecimento por Outra, os esforços empreendidos aqui por meu espírito jamais encontrariam um meio para se externalizar sem o apoio de uma série de pessoas queridas e amadas.

Agradeço primeiramente à minha família, à minha mãe Amanda e minha avó Maria de Lourdes, pelo eterno carinho e por me ensinarem o valor do conhecimento e por me darem o privilégio de poder me dedicar exclusivamente aos estudos. Aos meus tios Fábio, Antônio, Vitto e Karina, pelo constante apoio ao longo da minha trajetória na Universidade de Brasília.

À minha namorada e amor da minha vida Be, que sempre me ergueu incondicionalmente, nos momentos mais baixos, que me mostrou o que é verdadeiramente o amor e o quão a vida com ele pode ser bela e leve.

Ao meu querido amigo e irmão Matteo, que tenho ao meu lado desde a mais tenra idade e que participou de todo meu desenvolvimento como indivíduo, me acompanhando nas mais variadas situações.

Ao professor Biagio D'Angelo, que me acolheu desde meu primeiro ingresso na universidade e me ensinou as bases fundamentais do estudo das artes, sem as quais esta monografia jamais seria possível, e ao professor Fábio Mascarenhas Nolasco, que me forneceu a chave de leitura necessária para iniciar meus estudos da filosofia de Hegel.

Ao professor Pablo Holmes, por aceitar me orientar nesta pesquisa e me permitir elaborá-la da maneira como pretendia, não obstante a temática e bibliografia heterodoxas no contexto da ciência política.

Agradeço também ao meu psicólogo Alexandre, pela árdua tarefa de me manter sã ao longo dos anos, ao grupo Bom Dia e Diretoria, pelo auxílio nas minhas incessantes consultas acadêmicas, pelas indicações bibliográficas e pelo entretenimento diário, e ao fármaco dimesilato de lisdexanfetamina, por fornecer ao meu cérebro neuroatípico o limiar de atenção necessário para realizar essa graduação em tempo hábil.

*“Nichts Großes in der Welt ohne Leidenschaft vollbracht worden ist”*

(G. W. F. Hegel)

## RESUMO

Aludindo à tese de Hebert Marcuse acerca da hostilidade do pensamento hegeliano em relação ao fascismo, esta monografia tem como objetivo central demonstrar, no contexto da ascensão da extrema-direita a nível global, a importância e a aplicabilidade da investigação da relação entre a estética e a política, à guisa das teses de Hegel, no âmbito teórico da Ciência Política. Para tal, o texto se ocupará inicialmente com uma breve exposição dos conceitos basilares da filosofia hegeliana e as linhas gerais da interseção entre estética e política, que servirão como substrato para o restante da investigação aqui empreendida. Posteriormente, o Segundo Reinado é tomado como objeto de análise, a fim de situar nessas noções postas na exposição inicial, em paralelo com a literatura já consolidada acerca das fronteiras entre estética e política no período. Por fim, a investigação se volta para o bolsonarismo, maior expoente contemporâneo do populismo de extrema-direita no Brasil, com o intuito de localizar elementos estéticos empregados por seu discurso e perscrutar a ligação entre estes e os ataques de 8 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: bolsonarismo; estética; Hegel; teoria política; Segundo Reinado.

## **ABSTRACT**

Referring to Herbert Marcuse's thesis about the hostility of Hegelian thought towards fascism, this monograph aims to demonstrate, amidst the rise of the far right on a global level, the importance and applicability of investigating the relationship between aesthetics and politics, in the guise of Hegel's theses, in the theoretical context of the political sciences. To this end, the text will initially offer a brief exposition of the basic concepts of Hegelian philosophy and the general lines of the intersection between aesthetics and politics, which will serve as a substrate for the rest of the investigation undertaken here. Subsequently, the Second Reign (Empire of Brazil) is taken as the object of analysis, in order to situate in it the notions put forward in the initial exposition, in parallel with the already consolidated literature on the boundaries between aesthetics and politics within this period of history. Finally, the investigation turns to Bolsonarism, the greatest contemporary exponent of far-right populism in Brazil, with the aim of locating aesthetic elements employed by its discourse and examining the connection between these and the attacks of January 8, 2023.

Keywords: aesthetics; Bolsonarism; Hegel; political theory; Second Reign (Empire of Brazil)

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2. Dialética, estética e política.....</b>	<b>10</b>
2.1 Os estágios da arte e o conhecimento.....	12
2.2 A politização da estética e a estetização do político.....	15
<b>3. O Segundo Reinado: modernização e invenção de uma nação.....</b>	<b>23</b>
3.1 A consolidação do Estado e da autoridade do Imperador.....	29
3.2 As artes e a construção da nacionalidade.....	35
<b>4. Bolsonarismo: populismo e significantes vazios.....</b>	<b>44</b>
4.1 Agenciamento dos afetos.....	50
4.2 Iconoclasma bolsonarista.....	57
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>62</b>
<b>6. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>65</b>

## 1. Introdução

A monografia aqui apresentada tem como objetivo analisar a relevância e a amplitude de fenômenos de natureza estética, no que concerne sua atuação e influência nos processos políticos e sociais dentro de determinados contextos, tendo nesse âmbito como principal embasamento teórico as elucubrações de Hegel acerca dos fenômenos artísticos — bem como sua metodologia dialética própria — e do que o filósofo categorizou, da forma que julgava mais adequada, de *filosofia da bela arte*, uma vez buscava tratar do belo na arte e não do belo em geral<sup>1</sup>.

Nessa chave, é importante notar que, para os fins desta investigação, a estética não será tomada unicamente a partir das concepções hegelianas, a fim de abordar questões mais adequadas ao contexto contemporâneo e alargar o horizonte interpretativo, perscrutando não só seu aspecto de filosofia da bela arte mas também seu caráter relacionado à percepção imediata dos indivíduos, que não necessariamente se traduz a partir de um juízo universal, racionalizado, mas sim de uma busca *a posteriori* pelo que pode ser universalizado<sup>2</sup> e construir um esquema normativo, aludindo brevemente ao conceito de juízo reflexionante kantiano, aqui transfigurado a fim de lhe garantir a contextualização necessária para abordar o político, tornando assim possível tomar as categorias da realidade social que os cerca e perpassa os afetos, por muito evidenciando as “imprecisões do próprio sentido de *racionalidade*”.<sup>3</sup> Dessa forma, a análise se ocupará de criar um fio condutor a fim de expor o nexos lógico que permeia a interconectividade dos pormenores em cada uma das elaborações e fenômenos abordados.

Assim sendo, o texto se divide em quatro capítulos principais, que são igualmente subdivididos em seções distintas. No primeiro momento, o texto se voltará para a explicitação da lógica interna e de conceitos basilares da filosofia de Hegel e da estética, além de expor um panorama geral acerca das interseções entre a estética e a política. Há de se ressaltar a relevância desse momento fundamentalmente teórico na estrutura desta monografia, uma vez que o pensamento hegeliano será o principal interlocutor para o restante da análise aqui empreendida.

No segundo capítulo, o texto se volta para o contexto sociopolítico no Segundo Reinado, que perdurou desde o fim do período regencial, em 1840, até 1889, com a Proclamação da República. Nessa chave, o principal objetivo é expor como, a partir da

---

<sup>1</sup> Hegel, 2015, p. 27

<sup>2</sup> Kant, 2018, p. 27

<sup>3</sup> Campello, 2022, p. 135

algumas instituições chave, do incentivo e mecenato de Dom Pedro II — e da própria ação do monarca enquanto fotógrafo<sup>4</sup> — o desenvolvimento da arte no país na segunda metade do século XIX esteve intimamente ligado com a construção de um ideário, uma noção de nacionalidade eminentemente brasileira. Com efeito,

[...] a nação viu o uso da imagem para produzir realidades – no caso a própria nacionalidade – [...] no Segundo Reinado, quando Pedro II implementa um projeto nacional romântico [...]<sup>5</sup>

Em um terceiro momento, volta-se o olhar para o Brasil contemporâneo, com o intuito de examinar o fenômeno do bolsonarismo, a partir de uma investigação acerca de suas origens, da proeminência de aspectos estéticos na estruturação afetiva de seu discurso, a fim de desvelar a gênese do conflito social que culminou nos ataques terroristas e iconoclastas às sedes dos Três Poderes<sup>6</sup> por partidários deste movimento de extrema-direita, que se recusavam a aceitar a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente nas eleições presidenciais de 2022, dando enfoque especial à iconoclastia praticada por estes, que se empenharam em destruir uma série de obras de importante relevância cultural e histórica no acervo do Congresso Federal, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. Nessa chave, há de se explicitar também como esse acontecimento vai de encontro com a “reconciliação dos conflitos sociais no leito do Espírito Absoluto [...] [e] com a possibilidade de construir o conceito de uma luta social moralmente motivada”<sup>7</sup>.

Por fim, no quarto e último capítulo, o texto se ocupa de sintetizar o que fora elaborado ao longo dos capítulos anteriores, apontar as possíveis limitações da argumentação exposta aqui, ressaltando a importância, para a Ciência Política, de se considerar cada vez mais metodologias e abordagens heterodoxas, dentre as quais, a utilização do pensamento de Hegel e o uso estético e o imagético, tal como se consideram documentos e textos teóricos canônicos<sup>8</sup>.

Uma vez traçadas as linhas gerais do percurso empreendido, faz-se necessário, antes de abordar propriamente cada um dos momentos descritos, tecer alguns breves comentários acerca das particularidades da configuração do sistema filosófico de Hegel, uma vez que este servirá de substrato para se erigir as análises dos fenômenos elencados. A filosofia hegeliana possui, independente de qual âmbito esteja abordando, um caráter indissociável de

---

<sup>4</sup> Schwarcz, 2014, p. 397

<sup>5</sup> *Ibid*, p. 396

<sup>6</sup> Darriba; Martinuzzo, 2023, p. 2

<sup>7</sup> Giannotti, 2007, p. 219

<sup>8</sup> Schwarcz, 2014, p. 392

sistematização universalizante: não existe espaço para que se separe o particular do Todo sem que este se torne deficitário e distante da verdade. Assim sendo, depreende-se que

A filosofia é essencialmente uma enciclopédia, na medida que o verdadeiro pode apenas como totalidade, e apenas mediante à diferenciação e à determinação de suas diferenças, ser a necessidade destes e da liberdade do todo. Um caminho filosófico sem sistema nunca ser científico<sup>9</sup>

A enciclopédia enquanto modo de organização do conhecimento filosófico referida por Hegel não é, entretanto, um mero compilado de informações e saberes, uma grande taxonomia do que é conhecido, mas, em verdade, um sistema que evidencia a correlação entre os diferentes modos do conhecimento e a incompletude desses quando apartados do todo, fincado numa epistemologia organicista, a partir da qual as diferentes áreas do conhecimento mostram-se invariavelmente interconectadas<sup>10</sup>. É apenas a partir dessa concepção, de um sistema universalizante composto de diferentes áreas do saber interligadas entre si a partir de uma metodologia própria — a dialética do absoluto — que torna-se possível abordar, a partir da perspectiva hegeliana, a incidência do estético na esfera política.

## 2. Dialética, estética e política

Acerca desse caráter de sistematicidade e universalização que perpassa toda a obra hegeliana, é de suma importância frisar que sua essência não se apoia apenas na concepção de que há uma correlação latente entre os diferentes modos do conhecimento, mas também que há uma necessidade intrínseca e inexorável deste de transfigurar-se na medida que se desdobra em novas determinações: “o Verdadeiro é o todo. Mas o todo não é nada além da essência consumado a si mesma a partir de seu próprio desenvolvimento”<sup>11</sup>. Há aqui uma recusa explícita do filósofo de abordar os fenômenos a partir de uma natureza estática e imutável: o conceito está sempre em movimento, perpetuamente sujeito a um processo de *Aufhebung*<sup>12</sup> de suas indeterminações e inadequações, processo esteticamente expresso por Hegel na célebre metáfora do botão:

---

<sup>9</sup> Hegel, 1952, p. 78

<sup>10</sup> Rajan, 2004, p. 8

<sup>11</sup> Hegel, 1977, p. 11

<sup>12</sup> Termo em alemão de duplo sentido que não possui tradução direta para a língua portuguesa, comumente traduzido como “conservar”, “elevar”, “preservar” e, ao mesmo tempo, “negar”, “suspender”, “cancelar” e “suprassumir”

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários<sup>13</sup>

Dessa exposição, é possível depreender a divisão tripartite da dialética hegeliana, que agencia o conceito a partir da tríade abstrato-negação-concreto, estando cada um dos elementos da tríade inserido dentro de um determinado momento — abstrato, dialético e especulativo<sup>14</sup>, respectivamente — que abarca de todo conceito ou verdade, de modo que a inércia de se manter no momento abstrato sem que haja uma passagem aos posteriores resulta inevitavelmente a concepções inadequadas da verdade do conceito<sup>15</sup>. No momento do entendimento, o conceito se mantém apegado à fixidez de suas determinações aparentemente estáveis, como se possuísse por si só substância espiritual<sup>16</sup>. Posteriormente, no momento dialético, nota-se a instabilidade da restritividade e o caráter finito da fixidez das determinações do momento do entendimento que, agora expostas, suprassumem *a si mesmas* e passam, assim, ao seu oposto<sup>17</sup>. Por sua vez, o momento especulativo (ou da razão positiva) concilia a oposição entre as determinações dos momentos anteriores pela dissolução de suas inadequações ou unilateralidades, de modo que

O resultado da Dialética é positivo, porque possui conteúdo definido, ou porque seu resultado não é o nada vazio e abstrato, e sim a negação de determinações específicas contidas no resultado — justamente pois este não é um nada imediato e sim um resultado<sup>18</sup>

Ademais, resta ressaltar que Hegel agencia diferentes estágios — Espírito Subjetivo, Objetivo e Absoluto — de desenvolvimento da humanidade a partir de sua compreensão de sua consciência de si — possível apenas a partir do reconhecimento desta pelo Outro<sup>19</sup> — e do Espírito. Nesta chave, as determinações postas por fenômenos aquém do domínio de cada momento impulsionam a humanidade em direção ao momento seguinte: a interioridade e o caráter abstrato do momento Subjetivo são sublimadas pelo reconhecimento do Outro, que determina a aparição do momento Objetivo, o momento da exteriorização da particularidade

---

<sup>13</sup> Hegel, 1992, p. 22

<sup>14</sup> Também nomeados como momento do entendimento, da razão negativa e da razão positiva, respectivamente (Hegel, 1873 §79, p. 65)

<sup>15</sup> *Ibid*, §79, p. 65

<sup>16</sup> *Ibid*, §80, p. 65

<sup>17</sup> *Ibid*, §81, p. 67

<sup>18</sup> *Ibid*, §82, p. 69

<sup>19</sup> Hegel, 1997, p. 111

da consciência e do reconhecimento mútuo desta exteriorização, que culmina, para Hegel, na aparição da esfera do direito, da sociedade civil e do Estado. Após a efetivação do Espírito Objetivo, as determinações da vida prática demonstram-se como obstáculos para a apreensão da consciência-de-si, ou seja, para a atividade reflexiva a partir da qual os indivíduos compreendem sua própria interioridade. Essa, por sua vez, se efetiva propriamente apenas no Espírito Absoluto, no qual há uma reconciliação entre o Espírito Subjetivo e o Espírito Objetivo, permitindo a mais completa aquisição da verdade, que, segundo Hegel, culmina na religião, na arte e na filosofia.

Feita essa breve exposição dos conceitos a serem mobilizados a fim de investigar a interseção entre a estética e a política a partir da filosofia hegeliana, torna-se possível agora abordar propriamente a arte e do estético, suas limitações e seus prolongamentos políticos no sistema de Hegel.

## 2.1 Os estágios da arte e o conhecimento

O tratamento dado à arte dentro do edifício teórico de Hegel possui em seu cerne a noção de um sistema que não apenas ordena diferentes elementos a partir de suas particularidades — no âmbito da estética, para Hegel, a partir de três *formas* ou *estágios* distintas da arte, a saber, Simbólica, Clássica e Romântica — mas que também se ocupa de investigar a interconectividade destas e seu lugar dentro do todo, partindo da concepção de que as diferentes formas da arte refletem a história e a consciência daqueles que a produzem, de modo cada estágio

Têm sua gênese nos diferentes modos de se compreender a Ideia como conteúdo artístico, que engendra uma distinção na forma como a Ideia se manifesta [...] os estágios da arte não são nada além do que relações distintas entre a forma e o conteúdo, que emanam da própria Ideia, e assim informam o princípio da divisão dessa esfera<sup>20</sup>

A arte, como explicitado anteriormente, integra o momento do Espírito Absoluto, juntamente com a religião e a filosofia. Todos essas três categorias demonstram e se fincam no mesmo fenômeno — a saber, a expressão do espírito conhecendo a si mesmo — mas de modo distinto: enquanto a filosofia demonstra esse processo a partir do conceitual e racional, e a religião expressa o desenvolvimento do espírito a partir de narrativas e imagens de fé, a arte o faz a partir de objetos feitos intencionalmente com o objetivo de apresentar a liberdade

---

<sup>20</sup> Hegel, 1993, p. 82

do Espírito — a mesma expressa nas narrativas de fé ou apreendidas conceitualmente pela filosofia — de forma *sensível*, uma apresentação sensível do espírito absoluto, de caráter objetivo e capaz de engendrar o conhecimento racional<sup>21</sup>. É nessa chave que Hegel compreende a possibilidade de se abordar a arte enquanto veículo de conhecimento propriamente *científico*, uma vez que a arte se define como uma apresentação sensível do espírito absoluto<sup>22</sup> se torna impossível não compreendê-la como uma dialética da razão e um momento de verdade, que, portanto, é invariavelmente dotado de caráter objetivo<sup>23</sup> — subsidiando então sua classificação dos três estágios da arte — caráter este indispensável para Hegel em qualquer conhecimento que se proponha adquirir a alcunha de científico:

Considero o filosofar completamente inseparável da cientificidade [...] é tarefa da filosofia considerar um objeto segundo a necessidade, que não pode, na verdade, ser necessidade subjetiva ou estar submetida a uma ordem e classificação exterior e assim por diante. A filosofia deve desenvolver e demonstrar seu objeto segundo sua própria natureza interior. Somente esta explicação constitui em geral a cientificidade de uma consideração<sup>24</sup>

Hegel compreende que as manifestações do espírito a partir de obras artísticas podem ser subdivididas em três estágios distintos a partir do modo como a obra exterioriza o conteúdo espiritual, ou seja, a relação entre a Ideia sua forma exterior<sup>25</sup>. A partir da análise dessa relação, Hegel conceitua como os três estágios distintos da arte: a arte simbólica, a arte clássica e a arte romântica, que por sua vez mobilizam diferentes concepções de mundo.<sup>26</sup>

Nesse contexto, a arte simbólica, primeiro estágio da divisão hegeliana, é marcada por sua indistinção e obscuridade<sup>27</sup>, uma expressão de uma consciência que ainda não conhece a si mesma e não compreende a própria liberdade. A Ideia, ainda indeterminada, busca se exteriorizar de maneira sensível, mas não encontra nenhuma forma adequada para atualizar-se plenamente, resultando em formas defeituosas e inadequadas. Por sua vez, a arte clássica — entendida por Hegel como a arte da Antiguidade Grega — é capaz de perfeitamente conciliar o conteúdo da Ideia com sua forma exterior, com a obra de arte, que materializa a própria expressão da liberdade do espírito, e não apenas remete a esta a partir de atributos abstratos<sup>28</sup>, como na arte simbólica. Com efeito, a arte clássica

---

<sup>21</sup> Sena, 2019, p. 4

<sup>22</sup> Hegel, 2015, p. 37

<sup>23</sup> Sena, 2019, p. 4

<sup>24</sup> Hegel, 2015, p. 36

<sup>25</sup> Hegel, 1993, p. 82

<sup>26</sup> Carvalho, 2018, p. 209

<sup>27</sup> Hegel, 1993, p. 82

<sup>28</sup> *Ibid*, p. 83

[...] é a configuração livre e adequada na forma que, segundo seu próprio conceito, é particularmente adequada à Ideia em si. Assim, a Ideia é capaz de estar em completa e livre concordância [com a forma], e portanto, é a arte clássica que, primeiramente, permite a produção e intuição sensível do Ideal<sup>29</sup>

A arte romântica, terceiro e último estágio da arte elaborado por Hegel é — tal como o estágio da arte clássica — capaz de exteriorizar o belo, isto é, de apresentar de modo sensível a liberdade do espírito consciente de si. Entretanto, a orientação dessa liberdade se dá de modo distinto: enquanto a arte clássica se volta para a exterioridade do espírito, a arte romântica busca apresentar a interioridade (*Innigkeit*), priorizando o conteúdo espiritual da obra e não sua configuração formal e *externa*. Dito isso, não obstante o direcionamento da arte romântica se voltar para a interioridade do espírito, ainda há uma necessidade de encontrar uma forma capaz de revelar essa interioridade de modo sensível. Tal como na arte simbólica, a arte romântica a representação da forma pode se dar de maneira distorcida ou grotesca, entretanto, enquanto as inadequações da forma na arte simbólica têm sua gênese na restritividade e indeterminação de seu conteúdo espiritual, ao passo que na arte romântica, o caráter de interioridade de seu conteúdo espiritual não é capaz de atingir sua verdadeira realização a partir da idealização da forma, e sim a partir da reflexão subjetiva e conceitual, domínios para além da forma ideal presente no belo da arte clássica.

Com efeito, compreende-se que a Ideia pode apenas se atualizar efetivamente em si mesma, e portanto se afasta de qualquer união completa com a forma externa<sup>30</sup>. Essa inadequação entre a Ideia e sua exteriorização no contexto da arte romântica abala a relação do espírito humano com a obra a partir de sua radical interiorização do belo — que por sua vez suscita reflexões conceituais e filosóficas e não manifestações sensíveis. Na modernidade, a arte deixa de ser o meio mais adequado para a satisfação espiritual, como era no estágio da arte clássica: a arte é e permanecerá para nós, partindo de sua destinação suprema, algo do passado<sup>31</sup>.

Esse caráter pretérito da arte não implica, entretanto, no seu desaparecimento ou esvaziamento, mas simboliza uma necessidade de renovação de suas determinações — razão pela qual Hegel considera a investigação acerca da filosofia da arte urgente e necessária na modernidade<sup>32</sup> — para que esta possa se atualizar efetivamente como momento do Espírito Absoluto. Com efeito, as inadequações da arte romântica levam ao surgimento de um novo

---

<sup>29</sup> *Ibid*, p. 84

<sup>30</sup> *Ibid*, p. 88

<sup>31</sup> *Ibid*, p. 13

<sup>32</sup> *Ibid*, p. 13

pano de fundo imagético que serve de substrato para a emergência de novas manifestações artísticas<sup>33</sup>, que se coloquem de modo mais congruente com o *zeitgeist* moderno, afastando-se da contemplação transcendental e aproximando-se de uma abordagem mais secular. Dessa forma, compreende-se que

Não haverá um fim da arte, um fim da incessante vontade formativa dos sonhos e desejos humanos [...] o caráter pretérito da arte não significa o fim da arte, mas revela que a arte agora cumpre sua função num âmbito superior da verdade<sup>34</sup>

## 2.2 A politização da estética e a estetização do político

Embora possa parecer que as elucubrações até aqui expostas estejam restritas à esfera artística, apartadas de possíveis desdobramentos políticos, este não é o caso. A inerente interconectividade entre as diferentes esferas do sistema hegeliano — já brevemente exposta nas seções anteriores — não pode ser desconsiderada: em verdade, esta aparece no tratamento dado por Hegel à *polis* grega e à cidade moderna.

Ao passo que a segunda é abordada a partir de sua distinção da vida rural, de forma que o comércio e os aparatos legais do contexto urbano garantem efetivamente a possibilidade da liberdade, a *polis* é interpretada a partir de uma dupla natureza, como uma obra de arte-política (*politische Kunstwerk*), uma unidade harmônica na qual o político e o estético mesclam-se incessantemente<sup>35</sup>. Os templos gregos, adornados de esculturas e relevos dedicados aos deuses, não se configuravam como meros locais de adoração ou contemplação do belo, mas definiam o espaço público da *polis*, espaço no qual a unidade política efetivamente se fazia presente na realidade e, concomitantemente, por intermédio das narrativas dos deuses e heróis clássicos, orientavam os indivíduos em relação ao comportamento ético adequado<sup>36</sup>. Com efeito, além de tensionar as fronteiras entre a estética hegeliana e o pensamento político — fenômeno intensificado pela omissão<sup>37</sup> da categoria de “cidade” na *Estética* de Hegel — a dualidade da natureza da *polis* suscita, ainda

[...] a possibilidade da existência de artes não-estéticas, ou, numa interpretação mais radical, a possibilidade dos aspectos políticos da cidade impedirem suas propriedades estéticas<sup>38</sup>

---

<sup>33</sup> George, 2009, p. 14

<sup>34</sup> Gadamer *apud* George, 2009, p. 15

<sup>35</sup> Wallenstein, 2012, p. 148

<sup>36</sup> Markus, 1996, p. 15

<sup>37</sup> Lampert, 2001, p. 312

<sup>38</sup> *Ibid*, p. 314

Há de se ressaltar que, não obstante o caráter pretérito da arte na modernidade, o entrocamento entre a estética e a política identificado por Hegel ao abordar a *polis* ainda se faz presente e efetivo na realidade moderna, entretanto, de modo distinto. Nesse contexto, é possível traçar um fio condutor que se desdobra numa disjuntiva no que concerne a cooptação para fins políticos, por um lado, da produção artística — que não carrega mais a primazia da cosmovisão dos indivíduos, como acontecia na antiguidade clássica — e, por outro, de fenômenos estéticos para além das obras de arte.

Por mais que a arte tenha perdido sua capacidade de conciliar o conteúdo da Ideia e sua forma sensível exterior — fato intrinsecamente relacionado à concomitante consolidação da Cristandade, que relega o imaginário sensível em benefício da interioridade intelectual<sup>39</sup> — esta ainda carrega em si a capacidade de efetivamente participar da construção da verdade, entretanto, agora de modo mediado: a apresentação do conceito de modo sensível, a partir de obras de arte, age como substrato necessário para outras modalidades de reflexão mais adequadas ao conteúdo da Ideia. Com efeito,

[o espírito] gera, a partir de si mesmo, obras de bela arte enquanto primeiro intermediário da reconciliação entre o puro pensar e o sensível, que é externo e transitório, entre a natureza de efetividade finita e a liberdade infinita do pensamento conceitual<sup>40</sup>

Assim sendo, compreende-se que a obra de arte é capaz de se referir, ainda que de modo mediado, ao real, e portanto pode abordar as contradições presentes na vida moderna e revelá-las, de modo sensível, a partir de representações ou objetos artísticos<sup>41</sup>. Dito de outro modo, a produção artística na modernidade se adequa às determinações de sua época, na qual a forma mais elevada de verdade espiritual não se encontra mais na intuição (*Anschauung*)<sup>42</sup>, e, portanto, cabe a arte apenas aludir à ao percurso de apreensão do conceito — e não apresentá-la em si de modo completo, como era no caso da arte clássica —, apreensão esta que será realizada propriamente pela reflexão interior dos sujeitos.

Dessa forma, a arte pode servir de ferramenta para a mobilização de diversos conceitos de natureza distinta, dentre eles, o político, objeto de análise deste artigo. Nessa chave, vale ressaltar que malgrado o apego de Hegel à necessidade da garantia dos interesses e vontades individuais, transfigurados no interesse universal — entretanto, sem anularem a si

---

<sup>39</sup> Hegel, 1993, p. 87

<sup>40</sup> *Ibid*, p. 10

<sup>41</sup> Alznauer, 2020, p. 12

<sup>42</sup> Ciavatta, 2020, p. 31

mesmos — para a aquisição efetiva da liberdade concreta e, por consequência, da vida ética<sup>43</sup>, inexistente, por necessidade, uma obrigação da utilização da arte se realizar de modo moral ou em prol da construção da eticidade: é perfeitamente possível que este fenômeno seja cooptado por interesses opostos à construção de uma universalidade ética, fato que se verificou, por exemplo, na atuação da indústria cinematográfica alemã durante o Terceiro *Reich*, que se ocupou de instigar e propagar os valores e interesses do Partido Nazista, direcionando a opinião pública ao encontro destes<sup>44</sup>.

A fim de se perscrutar a outra ponta da disjuntiva — a saber, das experiências e fenômenos estéticos para além da obra de arte — faz-se necessário realizar um afastamento da interpretação ortodoxa da estética hegeliana, uma vez que o autor se ocupou de realizar uma análise que focalizou, explicitamente, a filosofia da bela arte propriamente dita<sup>45</sup>, relegando uma visão mais ampla da estética que abarca, além das artes, a percepção e contemplação de experiências sensíveis<sup>46</sup>. Assim sendo, há de se reorientar a filosofia da arte de Hegel para contemplar essa concepção generalista da estética, a fim de alargar os horizontes interpretativos da análise aqui empreendida.

Partindo dessa noção, é fácil compreender a profunda relevância e a indissociabilidade dos fenômenos de natureza estética para as mais variadas facetas da existência humana. Desde o momento do nascimento, muito antes de qualquer desenvolvimento das capacidades de racionalização ou julgamento, o indivíduo está sujeito a sua própria percepção e sentidos, às sensações externas e sentimentos, que inexoravelmente influenciam, em menor ou maior medida, a forma como este interage com o mundo e interpreta a realidade que o cerca. Em verdade, estes fenômenos, enraizados na percepção, nas sensações, experiências e na construção dos afetos se apresentam não apenas como inatos ao ser humano mas também enquanto uma necessidade: independentemente de nossa capacidade de racionalidade e conceituação, a humanidade não é capaz de existir unicamente de modo conceitual, necessitando também de imaginar e perceber, de modo sensível, não apenas o que é externo a si mas também sua própria interioridade<sup>47</sup>. Essa necessidade é notada também a partir do impulso humano de produzir arte, de materializar a interioridade do ser, a partir de objetos deliberadamente criados para esse fim, independentemente dos objetivos dessa

---

<sup>43</sup> Tosel, 2001, p. 566

<sup>44</sup> Romani, 2001, p. 9

<sup>45</sup> Hegel, 1993, p. 3

<sup>46</sup> Nanay, 2019, p. 4

<sup>47</sup> Houlgate, 2019

produção parecerem obter maior êxito a partir de outros meios<sup>48</sup>. A partir disso, depreende-se que

A necessidade universal da arte é, pois, a necessidade racional que o ser humano tem de elevar a uma consciência espiritual o mundo interior e exterior, como se fora um objeto no qual ele reconhece o seu próprio si-mesmo [*Selbst*]. A necessidade desta liberdade espiritual ele satisfaz na medida em que, por um lado, internamente, transforma o que é em *para si*, bem como realiza este ser-para-si [*Fürsichsein*] externamente e, assim, para si e para os outros nesta duplicação de si, traz à intuição e ao conhecimento o que nele existe.<sup>49</sup>

Uma vez posta essa noção, é possível desenvolvê-la e depreender não apenas a necessidade da produção artística, mas também dos demais fenômenos advindos da percepção e contemplados pela visão mais ampla de estética aqui adotada, uma necessidade de reconhecimento mútuo da subjetividade dos indivíduos, de seus afetos e experiências, em suas interações com o outro e a com realidade social na qual este se insere. Estes afetos, provenientes das percepções subjetivas dos indivíduos, suas experiências e sentimentos, compreendidos como “identidades articuladas a partir de vínculos de proximidade e pertencimento [...] demarcando [...] quem pertence a uma comunidade”<sup>50</sup>, são, portanto, dotados de significativa potencialidade política, aspecto que torna-se ainda mais evidente ao se considerar as consequências decorrentes de seu apagamento, que se deu em prol da adoção de uma noção de racionalidade universal — que por si só seria capaz de agenciar os afetos a serem reconhecidos — enquanto motor único da análise social e política: a legitimação de projetos coloniais, ratificando a “liberdade de colonizar quem não fosse reconhecido como falando em nome da razão”<sup>51</sup>.

A necessidade de se reconhecer os desdobramentos políticos dos processos advindos da percepção e dos afetos é também notável no que concerne às instituições, especificamente no que se refere à aquisição e manutenção de sua legitimidade. Embora Hegel compreenda o Estado enquanto manifestação efetiva da liberdade dos indivíduos, que compreendem sua autoridade a partir do pensamento consciente de si<sup>52</sup>, este ainda necessita de se exteriorizar e tornar aparente sua universalidade fundamental, que pode tornar-se obscurecida pela própria garantia da normalidade que este oferta na vida prática cotidianamente. De forma contingente e em períodos extraordinários, como na guerra ou em momentos de crise política, o estado

---

<sup>48</sup> Hegel, 1993, p. 35

<sup>49</sup> Hegel, 2015, p. 53

<sup>50</sup> Campello, 2022, p. 24

<sup>51</sup> *Ibid*, p. 33

<sup>52</sup> Ciavatta, 2020, p. 32

exterioriza suas determinações comumente ocultas, o estado transparece sua infinitude efetiva<sup>53</sup> e a primazia destas em relação ao particular. Essa exteriorização permite que

Algo que, por conta própria permaneceria oculto, torne-se aparente [...] a capacidade de compreensão desse [tornar-se] aparente extraordinário — seu caráter intuitivo e intenso — é, em última instância, um fenômeno fundamentalmente estético [...] essencial para o restabelecimento da soberania do estado<sup>54</sup>

Por fim, é importante também ressaltar uma outra faceta da apropriação de noções provenientes da esfera estética para a elaboração de análises de cunho político, para além da obra hegeliana. Tomando como ponto de partida as teses provenientes da Terceira Crítica de Kant, Hannah Arendt se vale de uma interpretação radicalmente heterodoxa do conceito de juízo reflexionante e transfigura-o numa categoria intimamente política. Embora esse agenciamento seja objeto de crítica por parte de autores que abordam a obra kantiana a partir de uma ótica mais exegética — em razão da reinterpretação realizada pela autora incorrer na preterição de uma parcela significativa de outros pressupostos do Idealismo Transcendental<sup>55</sup> —, este representou uma profícua inovação teórica no campo da filosofia política e deve ser ressaltado. Posto isso, faz-se necessário tecer alguns comentários acerca das noções kantianas mobilizadas por Arendt, a fim de se garantir uma compreensão adequada das teses da autora.

Antes de se ocupar com a contemplação do conceito de juízo reflexionante, propriamente utilizado por Arendt — e em oposição, o juízo determinante — há de se comentar brevemente acerca da natureza destas duas modalidades. Sendo um juízo, genérico e não especificado, definido como a capacidade de por meio de uma subsunção, pensar o particular contido no universal<sup>56</sup>, fica clara a distinção posta por Kant entre as duas primordiais modalidades desse tipo de juízo:

Se o universal (a regra, o princípio, a lei) é dado, a faculdade do juízo que nele subsume o particular é determinante (*bestimmend*). Porém, se só o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a faculdade do juízo é simplesmente reflexionante (*reflektierend*)<sup>57</sup>

Compreende-se, portanto, que o critério principal que difere as duas modalidades de juízo por subsunção é a forma como o juízo em questão se relaciona com o universal, a lei geral que lhe é dada — ou que lhe falta. A falta do universal não nega ao juízo seu caráter de

---

<sup>53</sup> Hegel, 2022, p. 665

<sup>54</sup> Ciavatta, 2020, p. 47

<sup>55</sup> Bodziak, 2010, p. 22

<sup>56</sup> Rego, 2006, p. 220

<sup>57</sup> Kant, 2018, p. 27

subsunção, mas o coloca, inexoravelmente, dentro da categoria de juízo reflexionante, categoria essa que deve partir de seu particular, de seu singular posto, e buscar um universal *a posteriori*, por meio do trabalho reflexivo sobre si mesmo. Por último, é importante também ressaltar que, no juízo estético reflexionante, há um caráter invariavelmente desinteressado, uma vez que a forma como a consciência julga a beleza não se encontra inclinada a nenhum desejo, mas sim se apresenta como puramente contemplativo — o que o diferencia significativamente de outras apresentações do juízo<sup>58</sup>.

Nessa chave, Arendt enxerga na natureza do juízo reflexionante um potencial político enquanto ferramenta para a compreensão da realidade social e suas possíveis problemáticas, devido ao fato deste se apresentar como uma espécie de reflexão pura, isto é, sem uma regra externa ao juízo que ordene o mesmo, acaba por garantir ao sujeito a faculdade da autonomia, sem a qual seria impossível julgar as normas em vigor, e por consequência, seria também impossível se opor a um eventual regime totalitário<sup>59</sup>, que podem ser compreendidos enquanto um estágio superior de regimes autoritários, na medida que além de se empenhar para manter o poder político, um estado totalitário almeja controlar não apenas a vida pública mas também os aspectos mais íntimos da vida privada<sup>60</sup>, capazes de manter sua legitimidade e apelo pela ampla capacidade manipulativa que suas ideologias exerciam, ao ponto de por sua própria lógica interna, circunscrita em si mesma, responder todos os mistérios do processo histórico, o que, para população, se apresentava como reconfortante<sup>61</sup>.

Depreende-se disso que a potencialidade política do juízo reflexionante kantiano identificada e mobilizada por Arendt advém da capacidade que o aspecto reflexivo deste tem de se valer da subjetividade inscrita em seu cerne a fim de fomentar no sujeito, de forma intimista, percepções ligadas à aquisição de uma faculdade deliberativa e comunicativa mais sólida. Este aspecto, que lhe permite subsumir o universal pela reflexão sobre si mesmo, permite com que se instigue no indivíduo a capacidade de perceber diferentes pontos de vista dentro de si, tendo a própria imaginação como catalisador dessa percepção. Arendt dá a esse fenômeno o nome de “alargamento do espírito”, que se efetiva ao permitir ao particular a faculdade de deduzir o universal — o universal, nesse caso, tomaria a forma de senso comum — apreensão que, aliada caráter desinteressado do juízo estético reflexivo, permitiria uma maior comunicabilidade, e conseqüentemente uma compreensão mais aguçada do senso de

---

<sup>58</sup> Suassuna, 2008, p. 73

<sup>59</sup> Cloutier, 2015, p. 86

<sup>60</sup> Cinpoes, 2010, p. 70

<sup>61</sup> Villa, 2001, p. 2

comunidade que permeia a política<sup>62</sup>, o que é de significativa importância para a autora, haja vista sua aproximação com o republicanismo cívico, que considera de suma importância o exercício da cidadania, por meio da participação pública na deliberação coletiva sobre assuntos que afetam toda a sociedade<sup>63</sup>. Desse modo, é possível para uma sociedade

[...] partindo das condições específicas do juízo reflexivo, no qual a imaginação produtiva, indissociável do senso de comunidade, tornaria possível a captura das situações particulares e, dessa forma, resistir à banalidade do mal<sup>64</sup>

O caminho metodológico tomado por Arendt, ao partir de um conceito proveniente da estética kantiana e localizar neste, propriedades políticas, a fim de investigar aspectos da vida social para além da esfera das artes, marcou em sua época uma significativa inovação no campo da filosofia social e política. Conceitualizações acerca do fenômeno estético e da natureza da experiência artística foram por muito tempo designadas a um local menor no pensamento filosófico, marcadamente preteridas por outras abordagens, fenômeno este que nasce na filosofia clássica, com a crítica radical de Platão às artes e miméticas e a assertiva de Aristóteles de que a arte se encontra em uma esfera distinta, à margem dos pensamentos mais nobres como a filosofia e a política<sup>65</sup>. É apenas no cenário da modernidade que a análise estética é elevada a um local de paridade em relação a outras áreas do pensamento filosófico, paridade que, em grande parte, foi impulsionada pela obra de filósofos do Idealismo Alemão, dentre os quais está, obviamente, Kant e sua Terceira Crítica, na qual se estabelecem as bases do que viria a ser um profícuo e longo debate acerca da natureza do fenômeno estético e de seu tratamento filosófico, a partir das quais compreende-se que

[...] a reflexão estética como uma função autônoma e igualmente justificada da consciência, juntamente com a determinação teórica do objeto e a determinação prática da vontade. O primeiro Romantismo radicaliza a filosofia primeira desenvolvida por Kant e Fichte (“filosofia transcendental”, “doutrina da ciência”) na forma de um idealismo estético. [...] Schelling eleva a produção estética a uma capacidade cognitiva artística que seria por princípio superior ao conhecimento científico, inclusive o filosófico. [...] Hegel e Schopenhauer [...] colocam a investigação do mundo e de si mesmo realizada do ponto de vista estético-artístico no mesmo patamar daquela que se realiza do ponto de vista filosófico e ético-religioso.<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> Arendt, 2002, p. 279

<sup>63</sup> Tömmel; d’Entreves, 2024

<sup>64</sup> d’Allones, 1994, p. 61

<sup>65</sup> Zöller, 2012, p. 72

<sup>66</sup> *Ibid*, p. 73

Não obstante a extrema relevância dos escritos de Arendt e a inovação na construção e desenvolvimento no âmbito da metodologia filosófica, é necessário abordar, ainda que brevemente, algumas das críticas referentes ao tratamento arendtiano da categoria de totalitarismo, em especial feitas pela tradição marxista. A bibliografia referente ao assunto é extensa: a polissemia latente da definição de totalitarismo, o reducionismo e desproporcionalidade para se abarcar regimes profundamente distintos na mesma categoria, a arbitrariedade de alcunha de totalitário, entre outros<sup>67</sup>. A maioria destas, não são contempladas pelo escopo deste artigo, entretanto, há de se destacar a contradição performativa na qual se encontra imersa a teoria arendtiana do totalitarismo. Essa contradição se refere ao potencial — e ato consumado — que teoria do totalitarismo apoiada por Arendt tem de silenciar reivindicações políticas legítimas<sup>68</sup> em decorrer da abordagem simplista e arbitrária do que se chama de totalitarismo: uma vez que a categoria se finca em proposições frágeis, a mesma pode facilmente ser cooptada ou reinterpretada a fim de servir de ferramenta ideológica para silenciar algum grupo político dissidente. Em suma, há de se questionar os possíveis impactos e motivações da teoria do totalitarismo e reconhecer nesta a possibilidade de ideologicamente silenciar e reprimir grupos de pessoas:

[...] com seus silêncios e suas obliterações, a teoria costumeira do totalitarismo não terá se transformado ela própria numa ideologia da guerra, e da guerra total, contribuindo a alimentar ulteriormente os horrores que pretende, no entanto, denunciar e caindo assim numa trágica contradição performativa? [...] a denúncia do totalitarismo continua a funcionar eminentemente como ideologia da guerra contra os inimigos do Ocidente [...] E em nome desta ideologia [...] A luta contra o totalitarismo serve para legitimar e transfigurar a guerra total contra os “bárbaros” estrangeiros ao Ocidente<sup>69</sup>

São inúmeros os possíveis desdobramentos políticos da estética, seja no âmbito mais restrito, no que concerne a produção e utilização de obras de arte, ou a partir de uma concepção alargada, abarcando a natureza da percepção, sensações, sentimentos e afetos. Assim sendo, essa seção do artigo não possui a pretensão de exaurir o debate no qual se insere, mas sim de expor algumas das facetas, conceitos e noções deste que serão mobilizadas nas seções posteriores, que se ocuparão de analisar momentos distintos da história do Brasil a partir da relação entre estética e política, a fim de demonstrar a importância dessa abordagem para o campo teórico da ciência política.

---

<sup>67</sup> Losurdo, 2003, pp. 59 – 66

<sup>68</sup> *Ibid*, p. 79

<sup>69</sup> *Ibid*, p. 79

### 3. O Segundo Reinado: modernização e invenção de uma nação

O período compreendido como Segundo Reinado — que se estende de 1840, com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, até 1889, com a Proclamação da República — foi palco de profundas transformações em diversas esferas da realidade brasileira, culminando na consolidação do Brasil enquanto nação independente frente ao cenário internacional. O restabelecimento do Poder Moderador e a adoção do sistema parlamentarista, a consolidação da produção e exportação do café, o longo e tardio processo de abolição da escravidão e incentivo da imigração europeia, a crescente urbanização e a busca por uma produção cultural e artística genuinamente brasileira efetivamente impulsionaram mudanças significativas ainda não sentidas, no âmbito sociopolítico-econômico, desde a independência em 1822.<sup>70</sup> Dito isso, é importante ressaltar a vastidão das investigações que podem ser empreendidas tomando o Segundo Reinado enquanto objeto de análise e, portanto, a fim de melhor se adequar ao escopo deste artigo, há de se focalizar o período a partir de 1849, no qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) muda sua sede para o Paço Imperial e se consolida enquanto instituição impulsionadora da produção de cultura nacional, seguindo os interesses de D. Pedro II que

[...] imiscuía-se em um grande projeto que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural<sup>71</sup>

Antes de adentrar as particularidades desta delimitação temporal, faz-se necessário explicitar algumas questões acerca do contexto geral que permeia o Segundo Reinado e sua gênese, a começar pela abdicação de D. Pedro I em 1831, e Período Regencial, que perdurou desde 1831 até o Golpe da Maioridade, em 1840.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, representou uma significativa virada autoritária, em virtude do estabelecimento do Poder Moderador, delegado unicamente ao Imperador, e garantindo a ele a possibilidade de ingerir, do modo que quisesse, sobre as mais diversas áreas do aparato estatal. Assim sendo, o imperador exercia as prerrogativas do Poder Moderador

#### I. Nomeando os Senadores [de mandato vitalício]

---

<sup>70</sup> Prado, 1998, p. 68

<sup>71</sup> Schwarcz, 2003, p. 11

II. Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente nos intervallos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.

III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembléa Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.

IV. Approvando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciaes: Arts. 86, e 87.

V. Prorogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demittindo livremente os Ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condemnados por Sentença. IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.<sup>72</sup>

Ainda nessa chave, o Conselho de Estado — criado por D. Pedro I no ato de dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e de significativo papel na elaboração da Constituição de 1824 — representava, também, um aceno do Império em direção ao autoritarismo. Com membros escolhidos pelo imperador, de maneira vitalícia, este tinha como função auxiliar a tomada de decisão em “todas as ocasiões em que o imperador se propunha a exercer qualquer das funções do Poder Moderador”<sup>73</sup>, sendo objeto de crítica por parte dos liberais e intensificando a crise política já existente. No que concerne à política externa, os eventos da Guerra da Cisplatina (1825 - 1828), que desembocaram na perda do território da Província Cisplatina, se concretizaram como um “desastre militar [e] uma catástrofe econômica”<sup>74</sup>, agravando ainda mais a insatisfação em relação ao governo de D. Pedro. Em 1831, ao retornar de uma viagem para Minas — realizada com o intuito de adquirir respaldo político de elites liberais locais, o que não aconteceu —, o imperador foi recebido por manifestações de apoio de lusitanos residentes no Brasil, entretanto, estas ocasionaram uma reação por parte de brasileiros opositores a D. Pedro, iniciando uma onda de protestos e revoltas que culminaram na Noite das Garrafadas, na qual “os cabras (brasileiros) atacaram as casas iluminadas dos “pés-de-chumbo” (portugueses) e estes responderam atirando garrafas e cacos de vidro”<sup>75</sup>. Pouco tempo depois, com a adesão de uma parcela militares de alta relevância à revolta e a ameaça de populares de moldar, a qualquer custo, o governo que

---

<sup>72</sup> Brasil, 1824, art. 101

<sup>73</sup> Prado, 1998, p. 68

<sup>74</sup> Fausto, 2006, p. 154 - 155

<sup>75</sup> *Ibid*, p. 158

desejavam<sup>76</sup>, D. Pedro abdica do trono, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos.

Em virtude de sua pouca idade, o jovem imperador não poderia exercer suas funções até que completasse 18 anos, fazendo com que fosse necessário preencher o vácuo de poder criado pela abdicação de D. Pedro. Nesse contexto, o ordenamento jurídico vigente prescrevia a transferência temporária das atribuições de governar o país para uma Regência Permanente, composta de três membros da Assembleia Geral, eleitos pela mesma; até que esta seja elaborada o império seria governado por uma Regência Provisória, também composta de três membros do parlamento<sup>77</sup>. Dessa forma, em 1831, forma-se a Regência Trina Provisória, composta por três senadores: Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, que governam brevemente, de abril até junho do mesmo ano, mês no qual se realizou a composição de uma Regência Trina Permanente. Não obstante sua breve atuação, a Regência Provisória se ocupou rapidamente de readmitir os ministros demitidos por D. Pedro, anistiar aqueles acusados de crimes políticos e convocar uma Assembleia Legislativa<sup>78</sup>, buscando apaziguar o país e alinhar-se aos interesses dos liberais moderados, que adquiriram maior proeminência após a abdicação de D. Pedro<sup>79</sup>.

Em 17 de junho de 1831, a Assembleia elege a Regência Trina Permanente, composta por dois deputados — José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz — e pelo senador Francisco de Lima e Silva, este último que também havia integrado a Regência Provisória. Também alinhados aos interesses moderados, estes possuíam um anseio pela centralização do poder e consideravam que “o fortalecimento do Estado e a unidade nacional constituíam valores políticos maiores e expressavam um interesse material muito concreto”<sup>80</sup>

Nessa chave, cria-se, ainda em 1831, a Guarda Nacional, uma entidade pública que, em tese, incentivava a participação do cidadão<sup>81</sup> a ser mobilizada — a partir de ordens da administração central — a fim de conter eventuais revoltas e rebeliões nas províncias. Entretanto, havia também nesta um aspecto que instigava a legitimação do *status quo* estabelecido nas províncias e a dominação das elites locais, em função da elegibilidade de seus membros e da estrutura hierárquica que esta se inseria: embora o alistamento fosse obrigatório, este era condicionado ao direito de voto<sup>82</sup>, que por sua vez era vedado aos

---

<sup>76</sup> Barman, 1999, p. 29

<sup>77</sup> Brasil, 1824, art. 122 - 124

<sup>78</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 360

<sup>79</sup> Fausto, 2006, p. 162

<sup>80</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 363

<sup>81</sup> *Ibid*, p. 364

<sup>82</sup> Brasil, 1831, art. 10

escravos libertos, criados e àqueles que não possuíssem renda anual de 100 mil réis — nas regiões provincianas — e 200 mil réis, nas regiões centrais<sup>83</sup>. Ademais, a Guarda Nacional se subordinava aos juízes de paz e criminais, ao Presidente da Província e, em última instância, ao Ministro da Justiça<sup>84</sup>, e eram impedidas de se organizar e atuar sem a expressa ordem destes<sup>85</sup>.

É importante também ressaltar, no final do período de atuação da Regência Trina Permanente, a aprovação da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, conhecida também como Ato Adicional, uma espécie de emenda constitucional que incluía novas normas e alterava algumas determinações da Constituição de 1824. Esta aludia a uma mudança de percurso no rumo da política interna imperial, em direção à descentralização e ao aumento do poder efetivo das Assembleias Provinciais e das lideranças políticas regionais<sup>86</sup>. Por meio desta, extinguiu-se o Conselho de Estado<sup>87</sup> — uma antiga demanda dos liberais — substituído pelas recém criadas Assembleias Legislativas Provinciais<sup>88</sup>, permitindo a estas não apenas a possibilidade de legislar mas também de estabelecer novos impostos e políticas econômicas locais<sup>89</sup>.

Embora o Ato Adicional aparente ser uma ratificação expressa das reivindicações dos políticos liberais, é importante também notar seu caráter contraditório latente, que também contempla, em certa medida, demandas dos conservadores e manutenção de uma política centralizada: apesar de garantir mais autonomia às províncias e seus presidentes, que, embora fossem a mais alta autoridade em seu território<sup>90</sup>, estes permaneciam sujeitos a nomeação por meio de decisão única do Imperador, que poderia removê-lo indiscriminadamente<sup>91</sup>. Além disso, as Assembleias Legislativas Provinciais, embora garantissem novas prerrogativas para as autoridades locais, estavam invariavelmente subjugadas ao Poder Legislativo Central, que poderia reconfigurá-las ou decretar a organização de uma nova Câmara Legislativa<sup>92</sup> e revogar seus atos legislativos, em caso de não conformidade com a Constituição ou com a política tributária geral<sup>93</sup>. Direcionando-se ainda à afirmar alguns interesses conservadores, o Ato Adicional manteve a vitaliciedade do

---

<sup>83</sup> Brasil, 1824, art. 92, III; art. 94, I, II

<sup>84</sup> Brasil, 1831, art. 6

<sup>85</sup> *Ibid*, art. 7

<sup>86</sup> Fausto, 2006, p. 163

<sup>87</sup> Brasil, 1834[a], art. 32

<sup>88</sup> *Ibid*, art. 1º

<sup>89</sup> *Ibid*, art. 10, §5º

<sup>90</sup> Brasil, 1834[b], art. 1º

<sup>91</sup> Brasil, 1824, art. 165

<sup>92</sup> Brasil, 1834[a], art. 3º

<sup>93</sup> *Ibid*, art. 20

mandato dos senadores<sup>94</sup> e centralizou mais ainda o Poder Executivo, ao extinguir a Regência Trina e substituí-la pela figura de um único regente<sup>95</sup>.

Assim sendo, em 1835, realiza-se a primeira eleição de um regente único, dando assim início à Regência Una de Feijó — encabeçada pelo deputado moderado Diogo Antônio Feijó —, que perdurou, apesar da intensificação significativa da desestabilização política<sup>96</sup>, até 1837, ano em que Feijó renuncia ao cargo. No mesmo ano em que o regente foi eleito, eclodiram no país diversas revoltas locais: a Revolta dos Malês, na Bahia, a Cabanagem na província do Grão-Pará e a Guerra dos Farrapos — esta última perdurou por dez anos e era dotada de um caráter explicitamente separatista<sup>97</sup> — que, aliadas à falta de apoio político de Feijó, fizeram com que este deixasse o cargo voluntariamente, dando lugar à Regência Interina de Pedro de Araújo Lima, posteriormente eleito como regente permanente em 1838.

É possível a regência de Araújo Lima enquanto um retorno à centralização política e intensificação da autoridade<sup>98</sup>, tão almejada pelos conservadores do período, caráter que se materializa numa das principais medidas de seu mandato, a Lei nº 105 de 12 de maio de 1840, ou Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, que tolhia algumas das recém adquiridas autonomias provinciais, restringindo a capacidade do Presidente da Província de nomear, suspender ou demitir funcionários a apenas o que concerne àqueles cujas funções estão sujeitas ao escopo legislativo das Assembleias Provinciais, estando vedada a interferência em funcionários que atuem nas competências do Poder Legislativo Central<sup>99</sup>, bem como a faculdade de criar ou suprimir cargos municipais quando estes forem estabelecidas por Leis Gerais para além das atribuições das mesmas Assembleias<sup>100</sup>.

Além disso, ainda na Regência Una de Araújo Lima, é importante também ressaltar a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, marco de extrema importância no que concerne aos esforços para a legitimação da soberania do Brasil enquanto nação e a construção de uma identidade propriamente brasileira<sup>101</sup>, o que ia ao encontro dos anseios dos conservadores. O instituto foi detentor do monopólio da produção do conhecimento histórico no Brasil até 1862, com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP)<sup>102</sup>, tendo, entretanto, permanecido como modelo para a

---

<sup>94</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 367

<sup>95</sup> Brasil, 1834, art. 28

<sup>96</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 368

<sup>97</sup> Prado, 1998, p. 70

<sup>98</sup> Fausto, 2006, p. 171

<sup>99</sup> Brasil, 1840, art. 3º

<sup>100</sup> *Ibid*, art. 2º

<sup>101</sup> Guimarães, 1988, p. 7

<sup>102</sup> Callari, 2001, p. 60

estruturação e atuação dos posteriores institutos criados no país, evidenciando o caráter centralizador de seu projeto intelectual, que agenciava, a partir da capital do império, o conhecimento histórico proveniente das diferentes províncias<sup>103</sup>. Este projeto era perpassado por uma dicotomia que se fez presente ao longo de todo o século XIX, nas diferentes interpretações do que era, efetivamente, a identidade nacional, entre a diferenciação e distanciamento do Brasil de sua metrópole e das nações europeias sem sacrificar, entretanto, sua inserção no projeto civilizatório iluminista. Com efeito, almejava-se

[...] conciliar o ideal iluminista supranacional da república das letras com a necessidade de fundamentar historicamente um projeto nacional [...] dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, por tanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia.<sup>104</sup>

As políticas regressistas da regência de Araújo Lima instiga cada vez mais as antigas tensões entre os interesses liberais, de inspiração descentralizadora e federalista, e os anseios dos conservadores por maior centralização do poder. Proliferavam-se, nas províncias, diversas revoltas e manifestações de insatisfação: a Sabinada, na Bahia, em 1837 e a Balaiada, no Maranhão, em 1838, somadas à continuidade da Cabanagem, no Grão-Pará e da Guerra dos Farrapos, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ambas iniciadas em 1835, demonstraram cada vez mais a pluralidade de interesses e demandas das diferentes regiões do país, pluralidade incompatível com a política centralizadora de Araújo Lima<sup>105</sup>. Nesse contexto, o debate acerca da antecipação da maioria de D. Pedro II toma força, concretizando-se com a criação do Clube da Maioridade, protagonizada por lideranças liberais contrários à Regência de Araújo Lima<sup>106</sup>. Dessa forma, em 22 de julho de 1840, parlamentares liberais apresentam à Assembleia Geral um pedido da antecipação da maioria do imperador, à época com 14 anos e, após o aceite do próprio imperador, D. Pedro II foi declarado maior de idade e em total exercício de seus direitos constitucionais, em 23 de julho de 1840<sup>107</sup>, evento que veio a ser conhecido como Golpe da Maioridade e que findou o Período Regencial.

Assim ficam postas as características gerais e o panorama político dos antecedentes mais imediatos do Segundo Reinado. Desde as insatisfações decorrentes da configuração do

---

<sup>103</sup> Guimarães, 1988, p. 24

<sup>104</sup> *Ibid*, p. 7 - 8

<sup>105</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 394

<sup>106</sup> *Ibid*, p. 395

<sup>107</sup> Barman, 1999, p. 73

sistema político que se estabeleceu a partir da Proclamação da Independência em 1822, o qual inseria as províncias numa lógica de significativa dependência em relação à administração central, passando pelo autoritarismo proveniente das eventuais aproximações de D. Pedro I de alguns aspectos do absolutismo — que por sua vez vieram a catalisar sua abdicação em 1831 —, até as décadas de crise social, política e econômica, perpassadas pela eclosão de múltiplas revoltas locais, cujas variadas motivações enraizavam-se na flutuação ideológica e inconsistência dos pressupostos que embasavam a política interna do Período Regencial, regime que se mostrou sistematicamente incapaz de apaziguar os ânimos aflorados da nação, é possível depreender que o andamento da realidade social brasileira no início do século XIX foi permeado por uma lógica dialética, balizada pelas contradições imanentes do binômio centralização-descentralização, liberais-conservadores. Propriamente à guisa da gramática da dialética hegeliana, essas categorias aparentemente antitéticas engendravam a si mesmas, impulsionando seu processo de suprassunção em direção à elevação e sofisticação do conceito — aqui presente enquanto consolidação do Brasil enquanto nação soberana frente ao sistema internacional —, que culmina no momento especulativo da Declaração da Maioridade de D. Pedro II, em 1840. Com efeito, essa interpretação servirá de substrato para a investigação empreendida na próxima seção deste artigo, que se ocupará de perscrutar as facetas e cooptações políticas dos fenômenos estéticos — apoiando-se, também, nas premissas expostas na seção anterior —, a fim de demonstrar a fecundidade da consideração destes na atividade reflexiva acerca da política e seus prolongamentos.

### **3.1 A consolidação do Estado e da autoridade do Imperador**

Em 18 de julho de 1841, D. Pedro II é consagrado e coroado, aos 15 anos, numa grandiosa cerimônia que, antes de ser um ato político-administrativo, se configurava como um espetáculo ritual que almejava “imprimir uma memória [marcando] o novo início de uma história cívica e nacional”<sup>108</sup>. Acompanhado de membros da nobreza, ministros e do corpo diplomático<sup>109</sup>, o imperador adentra a Capela Real Imperial, que outrora fora palco da sagração de seu pai, em 1822, e é recebido pelo Bispo do Rio de Janeiro, marcando o início das celebrações que seriam posteriormente descritas como festividades de magnificência jamais vista na história do Brasil<sup>110</sup>. Valendo-se de objetos simbólicos e signos já conhecidos,

---

<sup>108</sup> Schwarcz, 1998, p. 98

<sup>109</sup> Rezzutti, 2019, p. 163

<sup>110</sup> Barman, 1999, p. 84

que aludiam à família de Bragança e ao reinado de D. Pedro I, unidos a novos elementos confeccionados especificamente para a Coroação<sup>111</sup>, apresentando também uma versão do Hino da Abdicação — que torna-se então o novo Hino Nacional Brasileiro<sup>112</sup> — a cerimônia buscava demonstrar explicitamente a “grandiosidade do Estado monárquico e ilustrar como ele iniciaria uma nova tradição”<sup>113</sup>, as festividades também contaram com

Piquetes de cavalaria, marchas, carruagens, arqueiros, tiros e salvas que estrondariam em momentos predeterminados, tudo servia para produzir um efeito de sedução e, também, de intimidação. [...] Lustres de cristal, arandelas, globos, lâmpadas, inscrições, talhas, bordados, franjas, cordões, papéis de parede, metais dourados, veludos, damascos e sedarias, telas e galões de ouro e de prata, tapeçarias [...] alegorias foram criadas com o propósito de representar os anseios e a imagem projetada do novo reinado<sup>114</sup>

Dessa forma, nota-se que o reinado de D. Pedro II mobilizou fortemente aspectos da esfera estética desde o momento da coroação do imperador, o que veio a se reproduzir ao longo de todo Segundo Reinado. Agenciando objetos e produções artísticas de diferentes apresentações — pinturas, esculturas, composições musicais e obras arquitetônicas — juntamente com a dramaticidade da procissão do Cortejo e da sonoridade imponente das artilharias, torna-se possível representar as mais altas ideias em forma sensível, aproximando-as dos sentidos e dos sentimentos<sup>115</sup>, a saber, a legitimação da autoridade do novo imperador, elevado ao estatuto de símbolo de uma nação, capaz de mediar os diversos conflitos da vida social, obscurecendo assim o turbilhão político originado no Período Regencial<sup>116</sup>. Nessa chave, a suntuosa celebração se apresentou como “instrumento estratégico na afirmação quase diária da realeza”<sup>117</sup> e da diferenciação do novo período que se inaugurava em relação às últimas conturbadas décadas. Com efeito, nessa chave,

As Regências representam a anarquia e a terra do demônio, enquanto a monarquia simboliza o estado “normal” e a prosperidade. As Regências, a vaidade; o Império, a sabedoria, as ciências e a virtude cívica [...] como se o Segundo Reinado viesse abrir uma era de civilidade, e os projetos republicanos experimentados durante as Regências não passassem de barbárie e passado enterrado.<sup>118</sup>

---

<sup>111</sup> Rezzutti, 2019, p. 160

<sup>112</sup> *Ibid*, p. 163

<sup>113</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 397

<sup>114</sup> *Ibid*, p. 397 - 398

<sup>115</sup> Hegel, 1993, p. 9

<sup>116</sup> Schwarcz, 1998, p. 116 - 117

<sup>117</sup> Schwarcz, 2000, p. 50

<sup>118</sup> Schwarcz; Starling, 2015, p. 399

A década de 1840 foi palco do processo de consolidação da autoridade de D. Pedro II e das primeiras apresentações do tom de como este exerceria suas atribuições. Nos primeiros anos do período, ainda não se verificava a presença de uma base social de apoio significativa<sup>119</sup>, fazendo com que o imperador, no intuito de impor sua autoridade, lançasse mão de estratégias e medidas regressistas<sup>120</sup> — as mesmas que, paradoxalmente, impulsionam os liberais a clamar pela antecipação de sua maioria no Período Regencial.

Em 1841, restabelece-se o Conselho de Estado, suspenso pelo Ato Adicional de 1834, entretanto, sua nova composição não consistia em apenas dez membros, como estabelecia a Constituição de 1824<sup>121</sup>, e sim de doze membros ordinários, além dos Ministros de Estado<sup>122</sup> e até doze membros extraordinários<sup>123</sup>; concomitantemente, também restaura-se o Poder Moderador. No mesmo ano, o Código de Processo Criminal de 1832 foi reformado, por meio da Lei nº de 3 de dezembro de 1841, complementada posteriormente pelo Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, que tolheu ainda mais a autonomia das províncias. Por meio destes, criavam-se, em cada província, os cargos de chefe de polícia — diretamente nomeados pelo Imperador<sup>124</sup> — e de delegados e subdelegados, nomeados, a partir de proposta elaborada pelos chefes de polícia, pelo Imperador ou Presidente da Província<sup>125</sup>. Além disso, os recém criados cargos policiais tornam-se responsáveis por todas as atribuições anteriormente designadas aos Juizes de Paz<sup>126</sup>. Com efeito, a reforma do Código de Processo Criminal ocasionou uma maior concentração do aparato judiciário na figura do governo central, haja vista a transferência de competências dos Juizes de Paz — nomeados por meio de voto na localidade onde atuam<sup>127</sup> — para cargos diretamente subordinados ao Imperador e seus representantes provinciais. Dessa forma, os delegados transformaram-se no

[...] “centro de tomada de decisões para os cidadãos comuns”, pois, além de prender as pessoas que deviam ser presas, na forma das leis, eles seriam os responsáveis pela realização dos inquéritos policiais, ou seja, deviam fazer o trabalho de acusação, de reunião de provas, de inquirição das testemunhas [e] “podiam contar com instrumentos legais poderosos para fazer cumprir suas decisões - por exemplo, o direito de prisão preventiva para quase todos os crimes e o direito de requerer ‘termos de bem viver’ que, se violados, podiam levar à prisão e à condenação quase automática”<sup>128</sup>

---

<sup>119</sup> Fausto, 2006, p. 176

<sup>120</sup> Prado, 1998, p. 71

<sup>121</sup> Brasil, 1824, art. 138

<sup>122</sup> Brasil, 1841[a], art 1º

<sup>123</sup> *Ibid*, art 3º

<sup>124</sup> Brasil, 1842, art. 21

<sup>125</sup> *Ibid*, art. 25

<sup>126</sup> Brasil, 1841[b], art. 4º, § 1º

<sup>127</sup> Brasil, 1832, art. 9º

<sup>128</sup> Silva, 2015, p. 213

Nesses anos iniciais da década de 1840, o governo imperial estabeleceu o andamento a partir do qual se daria sua postura política: uma virada centralizadora, alinhada aos interesses da maioria conservadora, centrada na figura e autoridade de D. Pedro II. Juntamente com os esforços na esfera legislativa, reprimiu-se paulatinamente as rebeliões que ainda perduraram nas províncias, até que, em 1845, a mais duradoura das rebeliões, a Guerra dos Farrapos, chegava ao fim, cristalizando enfim a efetividade do Império no nascente Segundo Reinado, criando assim “as bases para a reconstituição da autoridade no país [e] a consolidação do Império e a manutenção da segurança interna”<sup>129</sup>.

Posteriormente, por meio do Decreto Imperial nº 523 de 1847, cria-se no Brasil o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, função análoga ao primeiro-ministro em regimes parlamentaristas. Escolhido pelo Imperador, este era responsável, na prática, por exercer o Poder Executivo e ser capaz de obter a “confiança, tanto da Câmara como do imperador”<sup>130</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que o Imperador ainda detinha significativa influência, uma vez que possuía, pelo exercício das prerrogativas do Poder Moderador, a possibilidade de dissolver a Câmara caso esta mostrasse-se combativa em relação ao gabinete elaborado pelo presidente do conselho — evento o que se concretizou 36 vezes ao longo ao longo do Segundo Reinado.<sup>131</sup>

Nesse contexto, destacavam-se na política do império majoritariamente dois partidos, o Partido Conservador e o Partido Liberal, que em determinado ponto, receberam as alcunhas de “saquarema” e “luzia”, respectivamente. É importante ressaltar que as alcunhas de saquarema e luzia designam não apenas os atores políticos em diferentes partidos, mas um modo próprio de pensar o Brasil e suas problemáticas.

Os saquaremas — assim denominados em virtude do município fluminense no qual se encontrava a fazenda de um dos líderes do grupo — viam com bons olhos uma eventual centralização de poder no contexto brasileiro. Segundo estes, o Brasil à época não poderia ser entendido como uma nação: um país de dimensões continentais, de povoamento esparso e sem meios de comunicação, habitado por “uma população decaída do ponto de vista da instituição da riqueza”<sup>132</sup>, que concentrava o poder político em grandes proprietários de terra que viam-se como a própria sociedade civil do Brasil, não pode ser entendido, segundo o pensamento saquarema, como uma nação. Em essência,

---

<sup>129</sup> *Ibid*, p. 212

<sup>130</sup> Fausto, 2006, 179

<sup>131</sup> *Ibid*, p. 180

<sup>132</sup> Lynch, 2011, p. 22

[...] como temos sociedade mas não uma nação, é impossível esperar que a própria elite crie a nação. [...] É preciso, portanto, uma elite instalada no coração do Estado, que, de cima para baixo, seja capaz de reformar essa sociedade.<sup>133</sup>

Havia, entre os saquaremas, uma preocupação bastante expressiva com a unidade territorial do país: inspirando-se no processo de formação dos Estados-nação no continente europeu — que se deu num contexto de extrema centralização de poder — estes prescreviam que apenas um Estado nacional forte seria capaz de garantir a coesão política e remediar os atrasos evidentes no amplo território brasileiro, o que, por sua vez, dependia da centralização de poder. A organização dessa prescrição não podia ser relegada aos grandes proprietários de terra, que embora possuíssem significativos poderes políticos, estavam restritos a se identificarem apenas de modo local, alheios à noção de uma nação brasileira. Ademais, é importante ressaltar que, partindo do diagnóstico descrito acima, os saquaremas, embora bebessem da fonte da unificação dos estados europeus no contexto do Absolutismo, entendiam que não é possível efetivamente se realizar uma reforma institucional e política efetiva sem se pautar na própria realidade do país. Era necessário adaptar para as particularidades brasileiras tudo o que se visava importar: a saída saquarema para o dito atraso do Brasil era, portanto, menos universalizante e mais nacionalista.

Por sua vez, os luzias opunham-se fortemente à centralização do poder, manifestando-se contrários ao Poder Moderador e ao mandato vitalício de senadores. Defendiam, portanto, a necessidade de uma monarquia federalista — uma vez que se opunham apenas à centralização do poder e não necessariamente à monarquia. Viam, no atual estado brasileiro, uma herança ibérica significativamente responsável pelo atraso brasileiro, em função da centralização de poder, resquício das influências do Estado português, um estado “[...] intervencionista, sufocante, fiscalista, com seu exército de burocratas parasitários”<sup>134</sup>. Na interpretação luzia, o Estado não deveria ter tamanha autonomia, e deveria se configurar como sujeito às demandas da sociedade — que segundo estes, era composta da elite, ou seja, por eles próprios — caso contrário, o Estado degeneraria-se em direção ao despotismo. Orientados significativamente pelo ideal americano, segundo o qual o progresso estaria condicionado ao desenvolvimento econômico e na primazia da sociedade e da esfera econômica em relação ao Estado e da esfera política<sup>135</sup>. Mostrando-se mais simpáticos a teorias e medidas vindo de fora — interpretando as particularidades do Brasil como

---

<sup>133</sup> *Ibid*, p. 22

<sup>134</sup> *Ibid*, p. 30

<sup>135</sup> *Ibid*, p. 26

inadequações, diferentemente dos saquaremas — os luzias defendiam também que a importação de noções externas, como o ideal americano, deveria ser feito sem adaptações, caso contrário, estas seriam aplicadas de modo deturpado, o que por sua vez desembocaria em corrupção: é primordial que o transplante seja realizado de modo idêntico<sup>136</sup>.

Dito isso, é importante frisar que não obstante as aparentes diferenças entre os partidos que encabeçavam o andamento da política institucional no contexto do Segundo Reinado, estes representavam significativamente um mesmo estrato social: uma elite econômica, em maioria simpática à manutenção da escravidão e da primazia do imperador. Em verdade, as diferenças entre saquaremas e luzias não se apresentavam como uma cisão fundamental de valores entre grupos absolutamente distintos, mas como uma diferença de “grau e ênfase [na qual] conservadores e liberais tinham condições materiais de existência próximas o suficiente para facilitar a colaboração”<sup>137</sup>. O modelo de liberalismo empreendido pelos luzias, embora abarcasse anseios por uma maior participação provincial e, em certa medida, fosse mais simpático às causas abolicionistas, se apresentava como um “liberalismo que prezava antes pela ordem que pela democratização”<sup>138</sup>, em virtude do medo de uma eventual insurgência revolucionária. Por sua vez, os saquaremas, de alinhamento mais conservador, não eram essencialmente retrógrados: não almejavam um retorno ao *status quo ante*, mas sim uma modernização e adequação do país ao contexto global de sua época, sem, entretanto, romper com a ordem social e as hierarquias estabelecidas no contexto brasileiro. Inscritos numa relação aparentemente dicotômica, saquaremas e luzias eram, na chave dialética, apresentações incompletas e indeterminadas de um mesmo conceito: de uma mesma elite nacional que buscava, a partir de meios superficialmente diferentes, garantir a perpetuação de seus privilégios e interesses:

Negociação com as oligarquias e coerção contra os subalternos; profunda integração no mercado internacional e recriação de hierarquias arcaicas; construção de uma monarquia constitucional e desrespeito sistemático à lei para reiterar a escravidão; liberalismo e conservadorismo, eram todos aspectos do projeto vitorioso que construiu a síntese original que foi o Império do Brasil.<sup>139</sup>

A década de 1840 foi palco do processo efetivo de consolidação da legitimidade do Segundo Reinado. A partir das reformas legislativas e do solapamento das restantes rebeliões, a autoridade de D. Pedro II torna-se incontestável, grupos e lideranças políticas se estabilizam

---

<sup>136</sup> *Ibid*, p. 30

<sup>137</sup> Krause; Soares, 2022, p. 181

<sup>138</sup> *Ibid*, p. 180

<sup>139</sup> *Ibid*, p. 182

e o desenho institucional político e jurídico toma forma, delineando assim o surgimento da nação brasileira. Entretanto, um elemento ainda continuava abstrato, como um embrião sem contornos e características claras: uma identidade cultural, verdadeiramente brasileira, que se afirme diferente da herança ibérica, que veio a ser esteticamente construída a partir do projeto nacional romântico empreendido por D. Pedro II e encabeçado pela Academia Imperial de Belas Artes e pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

### **3.2 As artes e a construção da nacionalidade**

Desde o início do processo de colonização das Américas, artistas e estudiosos europeus tomaram-na, sua natureza e seus povos, como objeto de inspiração, ora com estranhamento, ora com admiração. A partir do século XVI, nota-se na interpretação e nas representações da América um “processo contínuo de edenização”<sup>140</sup> dos fenômenos e elementos naturais, ao passo que os nativos, de aparência e costumes estranhos ao olhar europeu, oscilavam entre idealização e espanto. Ao longo dos séculos, a natureza dos trópicos passa a ser entendida enquanto elemento próprio cultural e, no início do século XIX, com o estabelecimento da Missão Artística Francesa no período joanino, começa a adentrar os interesses da elite colonial no Brasil. Fundada em 1816 com a pretensão “de introduzir as belas-artes na cultura brasileira, como prática e apreciação”<sup>141</sup>, aos moldes do neoclassicismo europeu, o projeto não obteve o êxito esperado, tendo sido objeto de resistência por parte de artistas locais que ainda se apegam à estética barroca que, aliados a conflitos internos, teve sua atuação cada vez menos presente, transformando-se em 1819 na Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Posteriormente, em 1826, esta adquire instalações próprias e torna-se então a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), instituição que viria a ter papel primordial, especialmente a partir do Segundo Reinado, na produção artística no Brasil e no projeto monárquico de estabelecimento de uma vertente romântica propriamente brasileira<sup>142</sup>, que, por sua vez, se orientou a partir de uma divisão tripartite entre a natureza, seus naturais e o próprio D. Pedro II<sup>143</sup> e obteve maior expressividade a partir de três eixos: a pintura, a literatura e a fotografia.

---

<sup>140</sup> Schwarcz, 2003, p. 8

<sup>141</sup> Junior, 2023, p. 5

<sup>142</sup> Schwarcz, 2003, p. 17

<sup>143</sup> Schwarcz, 2014, p. 397

Ao longo da história, é frequente que nações depositem as intuições e ideias mais profundas de seu cerne em obras de arte<sup>144</sup>, a fim de torná-las apreensíveis aos sentidos e fundar, ali, um elemento constitutivo de sua legitimidade. Essa tendência foi notável no Segundo Reinado, a partir do mecenato de D. Pedro II e da atuação da Academia Imperial de Belas Artes. Empreendendo no campo artístico uma tarefa análoga à do IHGB — e recebendo de modo semelhante incentivos da monarquia, em forma de bolsas, prêmios e financiamentos<sup>145</sup> — a instituição empreendeu a tarefa de produzir uma tradição pictórica que representasse efetivamente a identidade e nacionalidade do Brasil. Tal como no campo político quanto no delineamento de uma historiografia brasileira por parte do IHGB, essa tarefa possuía em seu âmago uma dualidade indissociável entre, por um lado,

[...] a afirmação de um repertório de formas de pensar que não sendo de origem autóctone precisava ser modulado, de uma parte, pela invenção de uma tradição nativa – ahistórica ou desvinculada da história da metrópole. [...] Doutra lado, para não se desvincular da civilização ocidental, a construção de um pensamento brasileiro teve de contemplar a tradição europeia com a qual a nação jovem precisava romper. Daí a operação delicada de simultaneamente expurgar e incorporar o repertório ocidental herdado.<sup>146</sup>

Nessa chave, o gênero da pintura de paisagem foi instrumental para conciliar, na esfera das artes visuais, essa dualidade da produção de uma identidade nacional brasileira. A natureza dos trópicos teve seu caráter exótico exaltado pela produção da AIBA<sup>147</sup>, apresentada a partir de uma ótica que aludia às representações de cenários mitológicos e idealizados, um Éden que serve de moldura para a emersão da nação brasileira. Estabelece-se uma relação íntima entre natureza e cultura, a fim de inserir o Brasil numa espacialidade marcada por passado e uma história própria<sup>148</sup>.

É importante ressaltar, nesse contexto, a produção pictórica de Félix-Émile Taunay (1775 - 1881) e sua atuação enquanto diretor da AIBA, entre 1834 e 1854, anos nos quais buscou imprimir a metodologia de ensino das academias de arte europeias dentro do contexto próprio brasileiro, adquirindo coleções de esculturas e gravuras para suprir as necessidades pedagógicas das aulas de desenho — uma vez que os modelos vivos disponíveis eram objeto de polêmica por não serem considerados dentro do cânone de beleza neoclássico<sup>149</sup>. A pintura de Taunay era capaz de imprimir nas paisagens “uma conotação histórica ao representar o

---

<sup>144</sup> Hegel, 1993, p. 9

<sup>145</sup> Schwarcz, 2003, p. 19

<sup>146</sup> Alonso, 2009, p. 7

<sup>147</sup> Schwarcz, 2003, p. 19

<sup>148</sup> Pougy, 2023, p. 9

<sup>149</sup> Schwarcz, 2003, p. 19

local em suas características reais”<sup>150</sup>, conciliando o apreço da pintura acadêmica à época com as necessidades políticas do projeto empreendido pela AIBA sob a tutela de D. Pedro II. Na tela *Vista de um mato virgem que se está reduzindo a carvão*, o artista aborda duas facetas da representação da natureza brasileira em sua época, que enquanto símbolo de nacionalidade, há de ser protegido. Com efeito, o artista inscreve na paisagem representada a lógica da

[...] idealização das matas, derivada do mito edênico, operacionalizada pelo romantismo; e a da tradição crítica de caráter ambiental, oriunda do iluminismo coimbrão, que denunciou a expansão irracional da agricultura em prol de uma modernização dos métodos de cultivo<sup>151</sup>

A dualidade das paisagens naturais pintadas por Taunay pode ser compreendida à luz da filosofia da natureza de Hegel e de sua estética. Evocando uma noção de naturalismo antinaturalista — que se recusa a ratificar uma divisão da realidade entre natural e cultural, criticando o caráter abstrato tanto do monismo naturalista quanto do relativismo cultural<sup>152</sup>— a apresentação da natureza escapa categorizações unânimes: ao mesmo tempo que aborda de modo fidedigno os tipos vegetais que compõem a flora tropical, em seus menores detalhes, aproximando-se da ilustração científica, estes são agenciados de tal maneira que se tornam um signo constitutivo de um discurso cultural, uma apresentação sensível de uma noção conceitual que remete à identidade brasileira em construção. Esse mesmo aspecto pode ser verificado, de forma mais intensa e complexificada, na produção de Victor Meirelles (1832 - 1903), na qual, com frequência, a natureza se alia à representação de experiências da vida humana e de eventos históricos nacionais, assim alcançando não apenas “mais suprema perfeição na pintura, mas também a mais vivaz concepção”<sup>153</sup>.

Aluno da Academia Imperial de Belas Artes e mentorado por Manuel de Araújo Porto-Alegre — então diretor da AIBA, que possuía a mesma obstinação de Taunay pelo detalhismo nas representações da botânica nacional<sup>154</sup> — Meirelles foi o vencedor do Prêmio Viagem à Europa, que o concedia uma viagem dedicada ao estudo e aperfeiçoamento de sua arte, custeada pela Academia. É nesta viagem que o artista empreende, entre 1858 e 1861, a confecção de sua célebre obra *Primeira Missa no Brasil*, considerada uma das grandes precursoras da pintura histórica brasileira e que alavancou o artista ao cargo de professor honorário da Academia<sup>155</sup>. Para sua composição, o artista tomou como base a carta de Pero

<sup>150</sup> Dias, 2009, p. 316

<sup>151</sup> Pougy, 2023, p. 17

<sup>152</sup> Illetterati, 2020, p. 67

<sup>153</sup> Hegel, 1975, p. 871

<sup>154</sup> Pougy, 2023, p. 19

<sup>155</sup> Venâncio, 2008, p.7

Vaz de Caminha, que narrava em grande detalhe — entretanto, de maneira idealizada, em concordância com os interesses coloniais à época — a celebração de uma missa entre portugueses e indígenas.

A escolha da temática, bem como o embasamento nessa fonte documental, alinhavam a obra de Meirelles ao projeto de construção da nação empreendido pelo IHGB, que buscava confeccionar “um novo calendário de datas num só vetor de acontecimentos e que tinha na “primeira missa” o ato fundador por excelência”<sup>156</sup>. A utilização do relato de Pero Vaz de Caminha não foi mera contingência: em verdade, se deu por indicação direta de seu mentor Porto-Alegre, que compartilhava das pretensões do império de construir uma tradição propriamente brasileira. Partindo disso, também recomendou a inserção cuidadosa e detalhada da vegetação local no quadro, enquanto elemento constitutivo da iconografia brasileira, em uma carta endereçada a Meirelles:

Não se esqueça de pôr algumas embaibas, que são formosas e enfeitam o bosque pelo caráter de plantas diversas, altas [...] Lembre-se bem das nossas árvores e troncos retos, carregados de plantas diversas, altas e com coqueiros e palmitos pelo meio, pois esses crescem à sombra dos grandes madeiros. Pouco, mas característico, mas genuinamente brasileiras<sup>157</sup>

A composição de Meirelles amalgama diversas das características marcantes que perpassaram a produção artística brasileira no século XIX: o ímpeto nacionalista, de se construir uma concepção de identidade propriamente brasileira, envolta pela natureza exuberante dos trópicos. Essa natureza, uma vez que “não tínhamos catedrais, palácios e toda a monumentalidade da Antiguidade, a natureza pujante dos trópicos bem que podia assumir esse mesmo papel”<sup>158</sup> correspondia ao cenário no qual a nação brasileira se constrói e se afirma. Nessa chave, a representação e presença dos indígenas também possui significativa importância, e foi fortemente mobilizada pelas demais manifestações artísticas ao longo do Segundo Reinado. Imersos na celebração da missa católica, os nativos pintados por Meirelles aparentam conviver harmoniosamente com seus colonizadores portugueses, observando a cena com inocência, suscitando a

[...] noção de fusão e mescla de culturas convergentes. [...] o Brasil aparecia representado como um império tropical marcado pela convivência pacífica entre seus naturais: nesse caso portugueses e indígenas [...] estavam todos lá: os indígenas e os europeus tendo a natureza para irmaná-los<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> Schwarcz, 2003, p. 20

<sup>157</sup> Mello Jr. *apud* Schwarcz, 2003, p. 21

<sup>158</sup> Schwarcz, 2014, p. 400

<sup>159</sup> Schwarcz, 2003, p. 22

Juntamente com os gêneros de pintura histórica e de paisagem, a retratística também foi objeto da produção dos membros da AIBA. Em virtude da proximidade entre a Academia e as elites dirigentes — bem como da habitualidade desse gênero pictórico entre muitos dos artistas que já haviam se anteriormente se ocupado de sua na França<sup>160</sup> — a pintura de retratos de personalidades políticas e da classe mais abastada comumente representava uma opção de trabalho rentável para os artistas do império, bem como uma possibilidade de ter sua produção reconhecida no país. Não obstante, essa era preterida enquanto gênero pictórico em relação à pintura histórica, que possuía um potencial mais alinhado aos interesses do projeto monárquico, e foi posta em cheque também em virtude da celeridade da introdução da fotografia no Brasil, já em 1839, e o incentivo de sua disseminação enquanto parte do projeto romântico empreendido Segundo Reinado<sup>161</sup>.

A emergência da fotografia enquanto método de representação visual, a partir da invenção do daguerreótipo — o primeiro processo fotográfico da história, que utilizava os princípios da *camera obscura* para fixar uma imagem positiva em uma placa de cobre, banhada a prata — representou um cisma na produção imagética. Tornou-se possível, por intermédio de uma máquina, obter representações nítidas e precisas da realidade, em um espaço de tempo extremamente menor do que o necessário para a execução de outras formas de representação pictórica, o que fez com que a fotografia fosse rapidamente utilizada enquanto método de registro.<sup>162</sup> Com efeito, a fotografia

[...] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica<sup>163</sup>

A precisão com que a fotografia realizava a captura da imagem foi, à época, interpretada como capaz de retirar da representação qualquer caráter de subjetividade<sup>164</sup> por parte do autor que operava o daguerreótipo dava à produção fotográfica um caráter de objetividade documental, uma maior autoridade dos discursos e significados que esta apresentava. Foi este caráter pretensamente imparcial e autoritativo da fotografia que ocasionou, a partir da segunda metade do século XIX, a inserção da recém nascida técnica no rol de fenômenos estéticos mobilizados em função da construção do projeto romântico de D.

---

<sup>160</sup> Schwarcz, 2003, p. 19

<sup>161</sup> Schwarcz, 2014, p. 396

<sup>162</sup> Kossoy, 2009, p. 110

<sup>163</sup> Le Goff, 1990, p. 446

<sup>164</sup> Maud, 1997, p. 188

Pedro II. Nessa chave, no que concerne à utilização do indígena enquanto elemento basilar da identidade nacional, é importante ressaltar as fotografias de Marc Ferrez (1843 - 1923), que operando a previsibilidade do estúdio fotográfico, no qual os elementos da composição e a montagem da cena se apresentam de modo controlável, podendo ser artificialmente dispostos e agenciados a partir das intenções do fotógrafo — tornando-se assim o espaço para a “criação de realidades e produção da memória [...] de representações sociais [...] em cujo interior se constroem verdades iconográficas: ilusões documentais.”<sup>165</sup> —, empreendeu a elaboração de uma categoria de

[...] “nativos universais” (Sahlins, 1997a, 1997b), que carregariam um pouco de tudo que a curiosidade dos clientes poderia desejar: cocares imensos, lanças apontadas, indumentárias com plumárias e, de quebra, uma pele (que mais parece africana) ao fundo, para melhor ambientar e emocionar.<sup>166</sup>

Acerca da fotografia no contexto do Segundo Reinado, é necessário também salientar o papel do próprio D. Pedro II. O monarca impulsionou a entrada inicial da fotografia no Brasil, além de instigar sua consolidação no cenário nacional, por meio da criação, em 1851, do título de *Photographo da Casa Imperial* — o primeiro do mundo a reconhecer a fotografia no campo artístico<sup>167</sup> —, tendo sido também fotógrafo e objeto de inúmeras fotografias. A composição dos retratos que fotografaram o imperador apresentavam-no enquanto

[...] própria representação da nação [de] ar impoluto, sério, altivo [...] a projeção desse Estado que buscava veicular uma imagem civilizada, contrária às demais repúblicas latino-americanas, e sempre afastada da sombra da escravidão<sup>168</sup>

O projeto imperial nacionalista de elaborar um mito fundador para o Brasil se enveredou para além dos muros da Academia Imperial de Belas Artes e da esfera pictórica, ecoando também na produção literária no contexto do Segundo Reinado, erigindo a partir da influência de obras de origem colonial e do contexto social brasileiro uma tradição que “que favorecia o colonizador e beneficiava o colonizado”<sup>169</sup>. A construção de uma imagem idealizada dos indígenas, de sua relação com seus colonizadores e seu papel dentro da realidade e identidade brasileira foi mobilizada nos romances e poemas da época. Nessa chave, é importante ressaltar a produção do poeta Gonçalves Dias (1823 - 1864), que fundou em 1849, juntamente com Manuel Porto-Alegre e Joaquim Manuel de Macedo, a revista

---

<sup>165</sup> Kossoy, 2009, p. 109

<sup>166</sup> Schwarcz, 2014, p. 401

<sup>167</sup> Castro, 2013, p. 837

<sup>168</sup> Schwarcz, 2014, p. 406

<sup>169</sup> Alves *et al.*, 2016, p. 29

*Guanabara*, dedicada à publicação de produções textuais, especialmente alinhadas ao nascente romantismo indianista.

Em 1851, Gonçalves Dias publica o poema épico “I-Juca-Pirama”, que idealiza o indígena como herói, a partir da abordagem das práticas rituais antropofágicas de alguns povos indígenas. A poesia narra a história de um guerreiro tupi que fora capturado por um grupo do povo Timbira, que aderira a rituais de antropofagia, onde guerreiros inimigos considerados fortes e detentores de bravura eram sacrificados e consumidos, a fim de que suas qualidades heróicas fossem assim absorvidas. Embora o guerreiro tupi se apresente como forte guerreiro aos timbiras, este clama por piedade, temeroso pelo destino de seu velho pai, descrito como fraco e cego, fazendo com que seja então considerado indigno do ritual e, portanto, libertado. O guerreiro vai ao encontro de seu pai, que ao descobrir a razão da libertação do filho, o amaldiçoa, considerando que este havia manchado a honra do povo Tupi. Inconsolado com o desprezo do pai, o guerreiro tupi enfim prova sua bravura, enfrentando sozinho os timbiras em batalha, que o concedem então a morte em sacrifício ritual.

Dessa forma, Gonçalves Dias eleva o indígena ao estatuto de herói épico: o indivíduo que brilhantemente concentra em si mesmo traços de caráter nacional que, sem sua atuação, estariam dispersos e obscurecidos<sup>170</sup>. Mobiliza-se uma idealização da figura do indígena, que “aparece assim como um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido [...] cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país”<sup>171</sup>. A temática do sacrifício altruísta do indígena, que dá sua própria vida em função da nação e seu povo, aparece também de forma marcante no romance *Iracema*, publicado em 1865 por José de Alencar (1829 - 1877), que narra, no cenário do nordeste no início do século XVII, a história do amor proibido entre Martim — um português encarregado de defender a costa do Ceará, que embora fosse branco havia obtido o respeito e simpatia dos indígenas potiguaras — e Iracema, da etnia tabajara, cuja virgindade havia sido consagrada a Tupã.

A estrutura da obra é marcada pelas particularidades do estilo de Alencar: valendo-se da pouca produção etnográfica existente, o autor insere ao longo do livro diversas notas explicativas, que elucidam sobre os costumes e práticas indígenas e descrevem em detalhe a paisagem da narrativa. Essa utilização de fontes documentais, juntamente com a preocupação expressa do autor de ser considerado alheio à verdade histórica e a consideração da tradição

---

<sup>170</sup> Hegel, 1975, p. 1068

<sup>171</sup> Schwarcz, 2003, p. 14

oral permitem que se fale em um método historiográfico propriamente alencarino<sup>172</sup>. Com efeito, a escrita de Alencar

[...] retomava a preocupação com a verossimilhança histórica como chave literária, alcançando um certo realismo na formulação dos tipos sociais que compunham o país, encontrando no nacionalismo literário o filtro pelo qual a realidade local seria tomada, em descrições de lugares, costumes e da própria história da nação; a finalidade, portanto, era pesquisar e redescobrir o Brasil<sup>173</sup>

A relação amorosa dos dois protagonistas eventualmente resulta na quebra do voto sagrado de castidade e na gravidez de Iracema, que realiza o parto sozinha e nomeia a criança, fruto da união entre a indígena e o colonizador português, de Moacir, o filho do sofrimento, morrendo logo em seguida. É dessa forma que o romantismo de Alencar simboliza o nascimento do Brasil: aludindo a um passado mitificado, marcado pela harmonia entre os nativos e seus colonizadores, emoldurado por uma natureza imaculada, no qual o sacrifício complacente do indígena se estabelece como ação fundante da identidade da nação. Com efeito,

[...] o indígena romântico encarnava não só o mais autêntico, como o mais nobre, no sentido de se construir um passado honroso [...] permitia prever uma origem mítica e unificadora<sup>174</sup>

O reinado de D. Pedro II compreende um período de grande significância para a história brasileira, sendo palco de profundas transformações na realidade social, de estabilização política e de imenso desenvolvimento cultural, no qual o país foi capaz de efetivamente se afirmar enquanto nação independente. Assim sendo, este capítulo se ocupou de demonstrar o papel instrumental dos fenômenos de natureza estética no âmbito político do Segundo Reinado, a partir da análise da construção do projeto romântico delineado e executado instituições como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a Academia Imperial de Belas Artes, a fim de estabelecer propriamente um *Volkgeist* brasileiro — a essência espiritual particular da nação, dotada de sua especificidade própria mas racionalmente inscrita dentro das determinações universais postas pelo espírito do mundo<sup>175</sup> — que pudesse, duplamente, legitimar o Brasil enquanto nação e diferenciá-lo tanto de sua antiga metrópole quanto de outras nações latino-americanas.

---

<sup>172</sup> Leal, 2012, p. 66

<sup>173</sup> Alonso, 1994, p. 4

<sup>174</sup> Schwarcz, 2003, p. 17

<sup>175</sup> Avineri, 1968, p. 146

Em termos hegelianos, o processo da emergência de uma produção cultural e artística — que por sua vez veicula uma verdade própria a partir de uma apresentação sensível da Ideia — tornou-se possível apenas porque realizou-se, também no Segundo Reinado, a consolidação do estágio do Espírito objetivo — que denota o aparecimento *externo* do espírito em oposição ao mundo natural, com o estabelecimento efetivo das instituições, das leis e da vida social própria da nação em geral — para que, posteriormente, adentrar-se a esfera do Espírito Absoluto — que concerne à apreensão da capacidade de reflexão interiorizada acerca da Ideia e dos conceitos, na forma da *arte, religião e filosofia*. É possível compreender o longo e conturbado processo que se inicia com as instabilidades do Período Regencial e se finda na década de 1840, com a solidificação efetiva da autoridade do Estado e do imperador como o processo de construção do estágio do Espírito objetivo, no qual Hegel identifica a imanência das “leis estabelecidas, das instituições e dos hábitos morais [...] a própria civilização, sendo aquilo do que se constrói a história”<sup>176</sup>. Somente a partir deste processo que torna-se possível engendrar a liberdade efetiva dos indivíduos e garantir as condições para que o espírito se lance à reflexão interna sobre si mesmo. Nessa chave, é de suma importância frisar que este fato não implica que essa possibilidade é facultada a todos de maneira isonômica e igualitária: as diversas clivagens sociais, desigualdades e disparidades de poder na realidade social não desaparecem em virtude da consolidação do Espírito objetivo, entretanto, o fato de que alguns são capazes de suprimir os poderes de outros não muda o fato de que a livre subjetividade é uma possibilidade real apenas pelos esforços históricos de outros — que moldaram a realidade externa local catalisando o processo de consolidação do Espírito objetivo<sup>177</sup>. É a partir daí que se realiza o movimento de reconciliação entre as determinações dos estágios anteriores — do Espírito em relação a si mesmo e em relação à realidade externa, respectivamente, subjetivo e objetivo —, desembocando no Espírito Absoluto, no qual a reconciliação

[...] é o espírito aí-essente, que contempla o puro saber de si mesmo, como da essência universal em seu contrário [...] um recíproco reconhecer, que é o espírito absoluto [que] só entra no ser-aí no ponto culminante, onde seu puro saber de si mesmo é a oposição e permuta consigo mesmo<sup>178</sup>

Torna-se assim possível a elaboração de uma narrativa, de um discurso acerca do conceito — nesse contexto, acerca do Brasil enquanto nação — que racionaliza sobre si e para

---

<sup>176</sup> Heldt; Junior, 2021, p. 6

<sup>177</sup> Hoff, 2020, p. 121

<sup>178</sup> Hegel, 1992, p. 456

si a partir dessa reconciliação, estabelecendo suas determinações próprias que afirmam sua existência enquanto espírito e sua capacidade de produzir interpretações, significados e verdades apreensíveis para os indivíduos<sup>179</sup>. É propriamente esta faculdade do Espírito Absoluto, exercida por meio da arte, da religião e da filosofia, que foi mobilizada pelas elites do Segundo Reinado em função da construção de uma identidade nacional: por meio do incentivo de D. Pedro II e das instituições, a produção artística se ocupou de ressignificar, idealizar ou suprimir elementos e discursos constitutivos da realidade brasileira, a fim de erigir uma iconografia em conformidade com os interesses das elites e do Estado: um império da civilização nos trópicos, onde brancos conviviam, em meio à natureza exuberante e exótica, em harmonia com indígenas pacificados e idealizados — e a chaga da escravidão era “retirada do discurso visual”<sup>180</sup>

#### **4. Bolsonarismo: populismo e significantes vazios**

Abordar um fenômeno político cujos atores e apoiadores se configurem de forma tão heterogênea — como no caso do bolsonarismo — é uma tarefa complexa e multifacetada. Por mais que seja possível identificar os eleitores de classe média, preponderantemente homens<sup>181</sup>, como o estrato que forma a base do movimento de extrema-direita que se ergueu ao redor do ex-presidente Jair Bolsonaro, partidários do bolsonarismo estão presentes em virtualmente quase todas as demográficas, o que suscita a presença de algum aspecto universalizante na estruturação de seu discurso, capaz de cooptar grupos sociais de natureza, origem e demandas distintas em prol do extremismo político. Assim sendo, o presente capítulo se ocupará, num primeiro momento, de expor brevemente alguns dos fatores que possibilitaram o surgimento do bolsonarismo para, posteriormente, localizar neste o uso de fenômenos de natureza estética, a partir da mobilização dos afetos realizada por meio do emprego de significantes vazios, e da iconoclastia praticada nos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

Embora Bolsonaro possua uma extensa carreira política, que se inicia em 1988, com sua eleição para o cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro, esta foi marcada pelo ostracismo e inexpressividade: ao longo de seus sete mandatos consecutivos como deputado federal, apenas dois dos projetos apresentados pelo ex-presidente foram aprovados no Congresso<sup>182</sup>. É somente após o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff,

---

<sup>179</sup> Hoff, 2020, p. 120

<sup>180</sup> Schwarcz, 2014, p. 397

<sup>181</sup> Cavalcante, 2020, p. 121

<sup>182</sup> Lindner, 2017

com o desgaste político progressivo sofrido pelo PSDB e pelo então PMDB, em meados de 2017, que a figura de Bolsonaro — e conseqüentemente, o bolsonarismo — começa, paulatinamente, a se apresentar como ator relevante no cenário político nacional<sup>183</sup>. Não obstante, é possível localizar elementos que se associam com posterior ascensão e consolidação do bolsonarismo já em 2013, com a eclosão das Jornadas de Junho, momento que marcou o “fim da hegemonia da esquerda nos movimentos sociais”<sup>184</sup> e a presença cada vez mais expressiva de pautas alinhadas à extrema-direita na arena política. Com efeito, é em 2013 que uma parte significativa de elementos constitutivos da retórica bolsonarista se apresentam efetivamente na arena pública:

[...] o que era potência no círculo privado das famílias (discurso tradicional da dominação patriarcal), no interior do cotidiano das empresas (despotismo fabril e gerencial inerente ao capitalismo) e nas áreas tomadas por Estados de exceção (opressão, pelas forças policiais, que atinge sobretudo a população indígena, negra, periférica e dissidente de gênero e sexualidade) passou à esfera pública, nas ruas ou nas redes informacionais de maneira explícita, declarada e, cada vez mais, organizada enquanto projeto político.<sup>185</sup>

Os eventos de junho de 2013 também tornaram expressas as limitações da tradicional política de conciliação de classes empreendida pelo PT, outra faceta mobilizada posteriormente pela ideologia bolsonarista. As reivindicações pontuais dos manifestantes — como a tarifa zero, maior investimento em serviços de transporte público ou democratização dos meios de comunicação — foram eventualmente acompanhadas de um discurso que se declarava apolítico, até que foram “suplantadas por um sentimento patriótico que logrou construir uma imagem de nação indivisível [...] que precisava derrotar um inimigo comum: a corrupção”<sup>186</sup>.

A atuação conciliadora do PT foi capaz de coexistir por muito tempo com os interesses da maior parte da classe política<sup>187</sup>, entretanto, as insatisfações expostas nas manifestações de 2013 não estavam contempladas pelas dicotomias que tradicionalmente perpassam a política institucional<sup>188</sup>: repentinamente, a “certeza da estabilidade social, tão nítida sob o lulismo, foi rapidamente sucedida por um cenário de grandes incertezas”<sup>189</sup>, processo que se intensificou progressivamente com o passar dos anos, culminando no

---

<sup>183</sup> Ferreira, 2020, p. 142

<sup>184</sup> Dieguez, 2022, p. 33

<sup>185</sup> Cavalcante, 2020, p. 123

<sup>186</sup> *Ibid*, p. 124

<sup>187</sup> Miguel, 2018, p. 14

<sup>188</sup> Perruso, 2020, p. 28

<sup>189</sup> Perruso; Moraes; Velho, 2018, p. 25

*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Nesse contexto, o bolsonarismo se apropria das insatisfações e demandas legítimas expressas por uma parte significativa da população para se legitimar enquanto alternativa viável, empreendendo

[...] um discurso contra o establishment, ou seja, contra a elite, a velha política e a grande mídia [...] atacam as instituições públicas para reafirmar seus ideais a favor do povo contra um suposto inimigo [...] baseada no ataque em oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), o comunismo e a corrupção. [...] com o apoio de grandes empresas, militares e igrejas evangélicas [...] Definindo-se a fronteira entre o povo e seus inimigos.<sup>190</sup>

Nesse momento, faz-se necessário realizar um pequeno excursus temporal e pontuar aspectos que se localizam fora do escopo da política interna, mas ainda assim afetam-na significativamente, a saber, o caráter de dependência econômica que perpassa as nações latino-americanas e a crise de acumulação de 2008.

Desde o início do processo colonial, a América Latina esteve marcadamente a uma posição subalterna, submissa e dependente em relação às nações centrais da configuração do sistema-mundo. Essa subordinação, proveniente de um ciclo histórico de longa duração, se dá de maneira multifacetada, se estendendo desde aspectos econômicos até o apagamento de cosmologias e epistemologias locais, seja de modo violento ou ideológico, perpassando todos os aspectos da vida social e política do continente; em verdade, é possível afirmar que a “dependência é o que constitui a unidade da América Latina”<sup>191</sup>. Na modernidade, esse aspecto faz-se ainda presente: a partir da década de 1970, com a proliferação de reformas neoliberais, eclodiram transformações majoritariamente prejudiciais para as nações latino-americanas, intensificando ainda mais as disparidades econômicas, organizacionais e de desenvolvimento das forças produtivas em relação aos países do capitalismo central<sup>192</sup>, que se efetivaram, majoritariamente, a partir da desregulamentação do mercado, por meio redução das barreiras alfandegárias e controle de preços, aliado à privatização de empresas estatais e uma busca por austeridade fiscal<sup>193</sup> e supressão dos direitos trabalhistas<sup>194</sup>, impulsionando

[...] um ajuste estrutural que fez com que a economia voltasse a um padrão de [...] especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora, em produtos primários, baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, e ainda com forte presença de capital estrangeiro<sup>195</sup>

---

<sup>190</sup> Mendonça, 2022, p. 45

<sup>191</sup> Carcanholo, 2014, p. 7

<sup>192</sup> Silva, 2014, p. 35

<sup>193</sup> Boas; Gans-Morse, 2009, p. 143.

<sup>194</sup> Miranda; Fraga, 2018, p. 281

<sup>195</sup> Carcanholo, 2014, p. 14

O receituário neoliberal era entendido por seus partidários como uma reação à crise do capitalismo na década 60, uma resposta “capaz de sanar todas as dificuldades e promover um impulso regional rumo à prosperidade de seus sistemas políticos e também econômicos”<sup>196</sup>. Entretanto, em verdade, este foi responsável pela intensificação da dependência econômica das nações latino-americanas em relação aos países do capitalismo central<sup>197</sup> e “pelo quadro devastador no campo ligado à garantia e ao alcance dos direitos sociais”<sup>198</sup>. Com efeito, compreende-se que

Nas realidades latino-americanas, a subordinação acrítica à nova ordem internacional priva os cidadãos da liberdade republicana de decidirem seus fins coletivos e aos Estados-Nação de usarem sua soberania plenamente [...] A aceitação do paradigma neoliberal tem produzido queda no ritmo de desenvolvimento, desindustrialização e reversão dos processos de absorção dos marginalizados, que ainda representam cerca de 40% da população latino-americana<sup>199</sup>

Os efeitos da ascensão do modelo neoliberal repercutiram em toda a configuração do sistema-mundo, entretanto, no território latinoamericano, marcado já anteriormente por séculos de espoliação e colonialismo, representaram um retrocesso acentuado no desenvolvimento das forças produtivas e instituições na região, ocasionando uma reestruturação da economia em direção à produção de produtos primários e recursos naturais a fim de suprir a demanda dos países centrais do capitalismo contemporâneo, exacerbando assim a dependência econômica dos países da América Latina<sup>200</sup>. Dessa forma, verificou-se um aumento na superexploração da força de trabalho nos países em desenvolvimento — exacerbando uma tendência já existente do neoliberalismo —, uma vez que esta “permitiria a essas economias uma dinâmica de crescimento da acumulação de capital, mesmo com a intensificação dos mecanismos de transferência de valor.”<sup>201</sup>

Não obstante a orientação neodesenvolvimentista dos primeiros mandatos da gestão petista, os ecos desse processo ainda ressoam no Brasil do século XXI, em parte em função da política de conciliação empreendida pelo PT: embora o lulismo visasse “uma estratégia de industrialização interna e aumento da participação do Estado na economia”<sup>202</sup>, este não atacou

---

<sup>196</sup> Santos; Marinez; Zanardini, 2020, p. 671

<sup>197</sup> Carcanholo, 2014, p. 13

<sup>198</sup> Santos; Marinez; Zanardini, 2020, p. 672

<sup>199</sup> Ibarra, 2011, p. 247

<sup>200</sup> Carcanholo, 2014, p. 14

<sup>201</sup> *Ibid*, p. 15

<sup>202</sup> Ferreira, 2020, p. 147

fundamentalmente tampouco eliminou os principais pilares do desenvolvimento dependente, a saber

[...] 1º) a superexploração e o duplo mercado de trabalho [...] divisão econômica na sociedade global entre um proletariado que recebe salários maiores e tem proteções sociais e jurídicas (aristocracia salarial), e outro que recebe baixos salários e não dispõe de proteções sociais e jurídicas (subproletariado ou proletariado marginal). 2º) a concentração da propriedade da terra ou o latifúndio <sup>203</sup>

Mantiveram-se, portanto, fatores propulsores da intensificação do conflito de classes, o qual sofreu uma intensificação marcante a partir da crise de acumulação de 2008, que veio a engendrar a Grande Recessão. Os efeitos da reorganização econômica em resposta ao declínio da atividade econômica a nível global foram sentidos no Brasil, mais expressivamente, na forma da redução do nível de crescimento do PIB<sup>204</sup>, o que, por sua vez, intensifica os embates pela apropriação de capital, retroalimentando as contradições já postas na conjuntura político-econômica: apesar da política de conciliação de classes empreendida pelo projeto lulista, as insatisfações da classe dominante advindas da crise econômica e da intensificação da luta de classes afastaram-na, paulatinamente, do projeto neodesenvolvimentista de Lula.<sup>205</sup>

Fora da esfera econômica, é de suma importância ressaltar o papel da Operação Lava Jato no longo processo que forneceu relevância política a Jair Bolsonaro e eventualmente o alçou à presidência, especialmente no que concerne à classe média e seu afastamento do PT. Iniciada em 2014, a operação tinha como objetivo investigar um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo empresas estatais, especialmente a Petrobrás, membros de seu corpo administrativo, políticos e grandes empresários. Ao ser deflagrada, a Lava Jato foi rapidamente objeto de um processo de espetacularização — especialmente por parte da mídia tradicional — que polarizou significativamente o eleitorado, alimentando a já existente aversão ao PT. Nessa chave, a classe média agiu enquanto um dos atores mais afetados pelo discurso corrente, cuja oposição ao lulismo

[...] foi canalizada, em primeiro lugar, para a repulsa à corrupção. Houve, sem dúvida, frustração autêntica gerada pela descoberta que a probidade petista estava muito longe daquilo que o partido alardeava. Mas a narrativa da decadência moral, por relevante que seja, não explica o desdobramento, que é a singularização do PT como único responsável pelos desvios éticos na política brasileira.<sup>206</sup>

---

<sup>203</sup> *Ibid*, p. 146 - 147

<sup>204</sup> *Ibid*, p. 144

<sup>205</sup> *Ibid*, p. 148

<sup>206</sup> Miguel, 2018, p. 20

Aliado a esse fato, esse mesmo estrato social se viu atingido pelas políticas de democratização de acesso às universidades realizadas durante a gestão petista. Como forma de garantir seu posicionamento privilegiado em relação às classes mais baixas, a classe média possui “uma disposição estrutural a negar qualquer movimento [...] que pareça contornar as “regras do jogo” na disputa por renda e postos de trabalho”<sup>207</sup>, aspecto que esta enxergava em iniciativas como a política de cotas ou o Programa Universidade para Todos (Prouni). De modo análogo, o forte apoio da classe média à Operação Lava Jato pode ser entendido a partir da mesma chave interpretativa, dessa vez, tomando a corrupção como elemento que subverte a lógica estabelecida, na medida que

[...] o discurso propagado por lavajatistas [...] operava num registro que igualava essa disputa entre indivíduos à dinâmica que, supostamente, vige no mercado: empresas eficientes e moralmente idôneas são aquelas que não se valem de benefícios, políticas protecionistas ou contatos privilegiados com agentes do Estado para ganhar a competição. Assim, tanto os empresários que corrompem, quanto os políticos corrompidos não apenas infringem a lei e a moral como seriam expressões de grupos não eficientes, portanto sem mérito [...]<sup>208</sup>

Nessa chave, a corrupção não é interpretada pela classe média “como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter”<sup>209</sup>, fato que contribui para a ótica seletiva que enxerga no PT o foco único e exclusivo da corrupção, que assim torna-se cada vez mais objeto de veemente aversão.

O ano de 2017 foi palco dos últimos eventos paradigmáticos que propulsionaram a eleição de Jair Bolsonaro e a cristalização do bolsonarismo enquanto movimento político. Como resultado da crise política que se iniciara em 2013 — bem como o trabalho empreendido em prol da “deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos espontâneos”<sup>210</sup> —, a Câmara dos Deputados aprovou com larga maioria o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, o que ergueu seu vice, Michel Temer, ao cargo de chefe máximo do executivo.

Nesse contexto, surge um vácuo de poder: o PT encontrava-se afastado das bases, em virtude de anos de crise política e da narrativa construída ao redor da Operação Lava Jato, e concomitantemente, a classe média e a classe dominante ansiavam por um símbolo de renovação política, um governo no qual pudessem visualizar seus interesses. Entretanto,

---

<sup>207</sup> Cavalcante, 2020, p. 125

<sup>208</sup> *Ibid*, p. 125

<sup>209</sup> Miguel, 2018, p. 21

<sup>210</sup> Mendonça, 2022, p. 54

partidos como o PSDB e o PMDB, que tradicionalmente se colocavam como representantes das elites, a partir de seu alinhamento centrista, e orientação liberal-conservadora, simpática às práticas neoliberais<sup>211</sup> não eram entendidos como alternativas viáveis. Por mais que estes tenham sido protagonistas no processo que instigou a opinião pública contra o PT, o desgaste político proveniente envolvimento de alguns de seus integrantes em esquemas de corrupção e seu posicionamento moderado — ao menos quando comparados aos anseios aflorados das classes dominantes — fizeram com que nenhum dos partidos fosse entendido como saída possível para a crise política: estavam postas as condições para a radicalização da extrema-direita, que posteriormente se concretiza com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Nessa chave, o bolsonarismo pode ser compreendido como

[...] uma resposta histórica, acidental e não planejada, para a crise da classe dominante, e por meio desta, uma resposta da classe dominante para a crise política brasileira. O bolsonarismo surge, a princípio, como apenas mais uma forma de contrapropaganda e como movimento antiPT [...] Mas a incapacidade dos atores tradicionais de se consolidarem permitiu ao bolsonarismo ascensão ao topo da política nacional, e, conseqüentemente, sua transformação em prática governamental.<sup>212</sup>

Esta seção inicial do capítulo teve como objetivo traçar um panorama geral que ilustrasse alguns dos fatores da conjuntura sociopolítico-econômica que impulsionaram a ascensão da extrema-direita no Brasil, localizada na figura de Jair Bolsonaro, e por consequência, da efetivação do bolsonarismo enquanto fenômeno político que orbita ao redor do ex-presidente, tomando-o, a partir de uma identificação sentimental e populista, como um líder capaz de responder seus anseios. Uma vez exposto esse percurso, torna-se possível investigar propriamente a estrutura populista que se encontra na configuração do discurso bolsonarista.

#### **4.1 Agenciamento dos afetos**

É possível inserir o bolsonarismo no contexto da recente eclosão mundial de lideranças e movimentos de extrema-direita, entretanto, essa inserção não é suficiente para exaurir a totalidade de suas características, que possuem particularidades próprias do contexto brasileiro e se arvoram a partir da radicalização dos postulados já estabelecidos na arena política do país. Dessa forma, esta seção se ocupará primariamente de expor a lógica interna

---

<sup>211</sup> Ferreira, 2020, p. 148

<sup>212</sup> *Ibid*, p. 149

que perpassa o discurso bolsonarista, a partir do movimento realizado pela utilização do tripé neoliberalismo-fundamentalismo-militarismo enquanto alicerce ideológico, por meio do qual se prolifera o emprego de significantes vazios que intentam instigar — por intermédio da construção de uma gramática que elenca uma sorte de adversários e ameaças irreais — uma resposta de natureza estética de seus partidários — na chave dos sentimentos, paixões e afetos. Com efeito, é possível sintetizar a configuração do bolsonarismo enquanto um amalgama quimérico composto pela

[...] adoção e difusão de postulados neoliberais, em versões doutrinárias, dogmáticas, com a utilização de práticas e discursos reacionários, de ódio e de desqualificação da esquerda, atacando os chamados comunistas, em uma verdadeira batalha ideológica [...] forjada no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, a pregar a necessidade de salvaguarda da moral e dos bons costumes, em meio a práticas intolerantes, conservadoras, que justificam o discurso de ódio e a adoção da violência numa batalha para livrar o Brasil de práticas consideradas mundanas [...] E, ainda [...] afirma-se o militarismo e o justicialismo [...] propagando, como saída para a questão da segurança pública, a violência armada, a pena de morte e o extermínio [...]<sup>213</sup>

Para se adentrar a investigação principal empreendida nesta seção, faz-se necessário realizar uma exposição do conceito de significante vazio, imprescindível para a realização da análise aqui empreendida. Antes de mais nada, é primordial frisar que o âmbito do Real será tomada aqui enquanto indiferenciável do âmbito discursivo; com efeito este não se localiza em “um nível superestrutural, ou das idéias [...] O primeiro só pode ser apreendido em um discurso”<sup>214</sup>. Nessa chave, o conceito de significante vazio integra as dimensões propostas por Laclau como indispensáveis para o estabelecimento da hegemonia, a saber

(1) a desigualdade de poder está constituída; (2) há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade é suprimida; (3) hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios e; (4) o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social.<sup>215</sup>

Um significante vazio é, essencialmente, um significante sem significado<sup>216</sup>, que assim se constitui a partir da expansão dos elementos abarcados pelo significado de um discurso, quando esta se dá de maneira exacerbada, aglutinando uma grande quantidade de signos em sua cadeia de equivalências — o conjunto de elementos mobilizados pelo significante —, ao ponto de sua polissemia resultar numa impossibilidade de apreendê-lo com

<sup>213</sup> Araújo; Carvalho, 2021, p. 153

<sup>214</sup> Pinto, 1999, p. 77

<sup>215</sup> Mendonça, 2007, p. 251

<sup>216</sup> Laclau, 2011, p. 65

exatidão. Tornam-se assim destituídos de conteúdo específico, entretanto, seus limites permanecem perceptíveis enquanto antagônicos à constituição geral de sua cadeia de equivalências; com efeito, é possível “dizer, com Hegel, que pensar os limites de algo é o mesmo que pensar o que está para além deles [...] os verdadeiros limites nunca são neutros, mas pressupõem uma exclusão”<sup>217</sup>. É dessa forma que os significantes vazios, por mais que não possuam em si noções concretas de significado, podem ser discursivamente mobilizados em função de um objetivo, uma vez que seus limites permanecem perceptíveis e se apresentam enquanto o negativo do espírito geral de sua cadeia de equivalências, podendo, por conseguinte

[...] afirmar a própria existência dessa cadeia discursiva [...] unir ainda mais as diferenças por ela agregadas, tendo em vista que o limite antagônico é idêntico a todas as identidades constituidoras do significante vazio, gerando, pois, a união dessas diferenças em torno de uma luta comum: contra algo que, de uma forma ou outra, impede a constituição de todos os elementos dessa cadeia de equivalências.<sup>218</sup>

Partindo dessa conceituação, ficam claras as funcionalidades políticas que podem ser apreendidas pela utilização dos significantes vazios: a dupla capacidade de, ao mesmo tempo, amalgamar uma grande variedade de identidades em torno de um propósito obscuramente delineado e estabelecer, com igual generalidade, um conceito antagônico a essa cadeia de identidades no qual se localizam ameaças à efetivação dos elementos que a constituem. Em outras palavras, o emprego de significantes vazios no discurso político é capaz de aglutinar interesses de diferentes grupos sob a égide de um objetivo percebido como comum no mesmo movimento que fornece a estes grupos um alvo designado como obstáculo para a realização de seu objetivo comum: permite, assim, num mesmo movimento, a união de um grupo e a polarização da arena política.

A partir dessa exposição, é notável a imensa relevância os significantes vazios possuem para a consolidação e legitimação de um movimento como o bolsonarismo: numa conjuntura marcada por uma crise política generalizada, na qual as insatisfações com a ordem estabelecida perpassam estratos sociais profundamente heterogêneos — desde a base, afetada pela superexploração da força de trabalho, até a as elites, que buscavam uma solução para a crise de acumulação e temiam a intensificação da luta de classes, passando também pela classe média, escandalizada com as instâncias de corrupção e com o aumento da mobilidade social —, na qual já havia se estabelecido um inimigo comum na narrativa hegemônica — o

---

<sup>217</sup> *Ibid*, p. 66 - 67

<sup>218</sup> Mendonça, 2007, p. 253

PT —, nada mais profícuo que empreender o uso de significantes vazios em benefício de seus interesses. Resta agora perscrutar quais foram e como se deu o efetivo emprego destes significantes sem significado pelo bolsonarismo — o que, à guisa do objetivo central desta monografia já exposto anteriormente, se dará focalizando o âmbito estético, que aqui se distanciará da esfera artística e será mobilizado enquanto uma filosofia dos sentimentos e dos afetos. Para tal, a utilização das elucubrações de Laclau acerca dos significantes vazios será tomada de forma distinta da interpretação que perpassa o trabalho do autor, aproximando-se de “uma teoria mais hegeliana do sujeito, na qual todas as relações externas são — ao menos idealmente — transformáveis em relações internas”<sup>219</sup>.

Enquanto movimento de caráter populista, o bolsonarismo possui um marcante caráter de personalismo político, calcado no culto à personalidade de Jair Bolsonaro. Essa ótica provém da construção social que se realiza em torno do líder, encarnado como “símbolo da redenção [...] uma pessoa comum que surgiu de baixo para se tornar uma figura extraordinária”<sup>220</sup>, narrativa de fácil utilização pelo ex-presidente que, embora já estivesse há décadas inserido no contexto da política institucional, não havia mostrado significativa relevância ou impacto. É nessa idealização e ficcionalização da figura de Bolsonaro que se encontra a gênese de um dos significantes vazios mais basilares para a construção do bolsonarismo, o *establishment* ou ainda a *elite política*: enquadram-se neste toda sorte de políticos de longa carreira e partidos tradicionais, aos quais indiscriminadamente se “associa a ladroagem, corrupção, privilégios, descaramento, empáfia”<sup>221</sup>, sem, entretanto, abarcar a figura máxima do bolsonarismo, imerso já há mais de três décadas no cenário da política institucional.

Uma vez posta essa noção basilar que engendra a autoafirmação de legitimidade do bolsonarismo, pode-se passar à investigação do tripé de sustentação referido no início dessa seção, a começar pelo fundamentalismo religioso. O discurso bolsonarista foi capaz de angariar um imenso apoio entre neopentecostais das mais variadas denominações — estima-se que 70% dos evangélicos votaram pela presidência de Bolsonaro em 2018<sup>222</sup>. É necessário pontuar, entretanto, não obstante a popularidade do ex-presidente em ambos os grupos, não existe uma equivalência entre fundamentalista e evangélico. Decerto que existem fundamentalistas neopentecostais, mas não existe uma relação de necessidade que une os dois termos: o fundamentalismo se finca na percepção de que

---

<sup>219</sup> Butler, 2000, p. 11

<sup>220</sup> La Torre, 2012, p. 252

<sup>221</sup> Mendonça, 2022, p. 55

<sup>222</sup> Dieguez, 2022, p. 83

[...] há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia [...] parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos.<sup>223</sup>

Em virtude de suas características e modo de ação, o fundamentalismo constitui “um risco à democracia, aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade humana”<sup>224</sup>, na medida que sua intransigência e negação da alteridade manifestam-se na arena política na forma de uma forte oposição, de cunho moralizante, a pautas progressistas de significativa importância para a garantia dos direitos de grupos minoritários; esta tem se mostrado de extrema eficiência, por exemplo, no impedimento do avanço de pautas que almejam a proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+<sup>225</sup>. Nota-se facilmente a confluência entre interesses de cunho fundamentalista e o bolsonarismo, não apenas em seu alinhamento conservador e apego à pauta moralizante, mas também em seu caráter autoritário, a partir do qual o

[...] conservadorismo dos costumes, sobretudo os propagados pelo evangelismo, não pretende se limitar aos seus fiéis [...] e sim alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública. A religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurou-se e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes.<sup>226</sup>

No cerne das aproximações que unem os interesses do bolsonarismo ao fundamentalismo religioso sob a égide do moralismo, é possível destacar a presença marcante do significativo vazio *ideologia de gênero*, que cotidianamente catalisa “discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral”<sup>227</sup> ao tensionar os limites de sua cadeia de equivalências, localizado em toda e qualquer apresentação ou debate acerca de gênero ou sexualidade que escape da cisheteronormatividade. Dessa forma, fenômenos como a homossexualidade e a não-binariedade, de naturezas tão distintas, são agrupados sob o mesmo signo de imoralidade, advindo de uma concepção retrograda e deficitária das dinâmicas que perpassam o espectro da múltiplas identidades gênero e orientações sexuais. Com efeito, as implicações do termo podem ser melhor compreendidas se este for interpretado à luz

---

<sup>223</sup> Miguel, 2018, p. 20

<sup>224</sup> Vieira, 2018, p. 94

<sup>225</sup> Bulgarelli, 2018, p. 102

<sup>226</sup> Almeida, 2019, p. 208

<sup>227</sup> Junqueira, 2018, p. 449

[...] do deslocamento do próprio significado de gênero. [...] que consiste em reduzir esta categoria a uma ideologia, parcializando sua legitimidade e neutralizando seus efeitos. É característica desse tipo de disputa a multiplicação de políticos e candidatos que adotam a “ideologia de gênero” como um mal a ser combatido. [...] Essa postura persecutória facilita o trabalho de desconstrução e transformação do gênero em uma categoria diabólica, a chamada “ideologia de gênero”, tornando-se facilmente desqualificável<sup>228</sup>

É por meio dessa desqualificação que o significante vazio é empregado duplamente: por um lado, reprimindo condutas e comportamentos naturais em função de sua não adequação aos preceitos morais fundamentalistas; por outro, legitima a opressão protagonizada por extremistas “sob o disfarce de defesa da família”<sup>229</sup>. Na chave bolsonarista, a utilização da falácia *ideologia de gênero* serve como propulsor do medo, instigando em seus partidários a reagir de modo extremado ao designar o significante vazio como causador de práticas atroz e invariavelmente reprováveis. Segundo o ex-presidente Jair Bolsonaro, a discussão acerca de gênero

[...] questiona o caráter natural e normativo da heterossexualidade, e uma vez que este não está mais estabelecido, um turbilhão de perversidades, incluindo zoofilia e pedofilia, se espalharão pelo mundo.<sup>230</sup>

A percepção dessa possibilidade como consequência atribuída ao significante vazio *ideologia de gênero* instiga respostas de caráter emocional e performativo. Em 2017, a filósofa americana Judith Butler, considerada por alguns grupos conservadores como a “mãe da ideologia de gênero” foi alvo deste tipo de resposta radical proveniente dos afetos em sua visita ao Brasil, na qual manifestantes entoando gritos em nome da “família” e da “tradição” queimaram um boneco de bruxa com uma foto do rosto de Butler,<sup>231</sup> além de ter sido verbalmente agredida no aeroporto na mesma viagem<sup>232</sup>.

Intimamente ligado à religiosidade — e portanto sugerindo uma aproximação ao fundamentalismo —, o militarismo constitui um outro elemento significativo para a configuração discursiva do bolsonarismo. Presente na constante reiteração do ex-presidente sobre seu passado militar e na exaltação saudosista da Ditadura Militar de 1964, é possível caracterizar o militarismo como fenômeno que

---

<sup>228</sup> Bulgarelli, 2018, p. 105

<sup>229</sup> Miskolci, 2017, p. 10

<sup>230</sup> Butler, 2024, p. 11

<sup>231</sup> Garcia, 2017

<sup>232</sup> G1, 2017

visa objetivos ilimitados, objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé<sup>233</sup>

Considerando esses fatores, a constituição do discurso bolsonarista revela ter em sua gênese um caráter indissociavelmente militarista. O próprio lema incessantemente entoado por Bolsonaro e seus apoiadores expressa vividamente esse caráter, tanto em conteúdo quanto em origem. Retirada de um brado da Brigada de Infantaria Paraquedista, a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” mescla elementos patrióticos que estabelecem uma estrutura hierárquica, na qual a nação e a fé ocupam o mais alto estamento. A estima pelas forças perpassa o discurso bolsonarista também na dimensão institucional “aglutinando um crescente segmento de militares, no interior do governo”<sup>234</sup>. Foi, também, uma ferramenta utilizada por Bolsonaro ao longo de todo o governo com o intuito de

[...] atribuir uma força pessoal extra que detinha contra os adversários. Ele usava a expressão “o meu Exército” como sinais de adesão e submissão das Forças Armadas, instituições de Estado, ao seu projeto político. O militarismo seria o caminho “natural” e inevitável para o país enfrentar e vencer as ameaças fabricadas pelo bolsonarismo em rede: o comunismo e a dissolução dos valores caros aos conservadores como a família e a religião.<sup>235</sup>

Nessa chave, encontram-se inscritas no militarismo bolsonarista as raízes de outro importante significante vazio mobilizado em função da legitimação de seu discurso: o *comunismo* aparece enquanto adversário vivaz no imaginário bolsonarista; não passa, entretanto, da apropriação de uma antiga narrativa já utilizada como justificativa para Golpe de 1964. Fomenta-se, no seio do bolsonarismo, a visualização de um cenário no qual o país se encontra sob ameaça de uma iminente revolução de caráter socialista, em função de legitimar o alinhamento de Bolsonaro as Forças Armadas, uma vez que estas estariam “defendendo a questão nacional pela via dos costumes, da tradição, da identidade que estaria sob ataque comunista”<sup>236</sup>. O emprego do termo *comunismo* por parte do bolsonarismo configura-se enquanto significante vazio em virtude deste abarcar indiscriminadamente, em sua cadeia de equivalências, fenômenos profundamente distintos sem qualquer lastro efetivo entre si, utilizando-os “sem qualquer sentido preciso: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o status quo e o senso-comum”<sup>237</sup>.

---

<sup>233</sup> Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2009, p. 748

<sup>234</sup> Araújo; Carvalho, 2021, p. 153

<sup>235</sup> Oliveira, 2023, p. 36

<sup>236</sup> Pinto, 2019, p. 16

<sup>237</sup> Chauí *apud* Löwy, 2020, p. 19

Esse mesmo significativo vazio aparece igualmente correlacionado ao neoliberalismo, última parte do tripé ideológico elencado no início desta seção. Entretanto, é mobilizado a partir dos elementos da cadeia de equivalências mais próximos do âmbito econômico: o *comunismo* é percebido nas mais diversas ações interpretadas como obstáculo para a efetivação de seu projeto neoliberal, tendo sido indiretamente designado ao governo do ex-presidente Michel Temer — que não nutre, efetivamente, nenhuma aspiração de natureza socialista ou comunista — a partir do discurso de posse de Jair Bolsonaro, que se referiu ao início de seu governo como “o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.”<sup>238</sup>

## 4.2 Iconoclasma bolsonarista

Após a vitória legítima do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no pleito presidencial de 2022, o bolsonarismo respondeu, à guisa da narrativa impulsionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro desde pelo menos 2021<sup>239</sup>, questionando a confiabilidade do processo eleitoral. Eclodiram por todo país uma série de protestos e atos terroristas, protagonizados por apoiadores do ex-presidente que não reconheciam o resultado das eleições: radicalizando os ataques infundados de Jair Bolsonaro, uma parte significativa dos atos clamavam por uma intervenção militar supostamente prevista no artigo 142 da Constituição Federal — hipótese que já havia sido considerada infundada e inconstitucional<sup>240</sup>. Os conflitos se alastraram por semanas, paulatinamente levando a uma concentração de partidários do bolsonarismo, vindos de diversas regiões do país, em Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército. Na tarde do dia 8 de janeiro de 2023, estes se deslocaram em direção à Praça dos Três Poderes, onde romperam a área de contenção e invadiram as dependências do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, dando início a um ato terrorista análogo à invasão do Capitólio, em 2021<sup>241</sup>, por apoiadores do então presidente Donald Trump — outro expoente da ascensão da direita populista.

Por mais que os terroristas tenham entrado em conflito com as forças de segurança dos órgãos sob ataque<sup>242</sup> e do Exército<sup>243</sup>, estes foram capazes de causar grandes danos patrimoniais e culturais antes de que fossem dispersados por volta das 19 horas. Os atos

---

<sup>238</sup> Brasil, 2019

<sup>239</sup> Poder360, 2021

<sup>240</sup> Brasil, 2020

<sup>241</sup> Custódio; Sá; Silva, 2023, p. 5877

<sup>242</sup> Borges; Fuzueira; Mendes, 2023

<sup>243</sup> Spigariol, 2023

protagonizados pelos invasores são paradigmáticos para a compreensão da estruturação ideológica do bolsonarismo, especialmente no que concerne à destruição e depredação de patrimônio cultural e de obras de arte, fornecendo uma chave interpretativa que se envereda a partir da esfera estética: além do evidente dano financeiro e material, a prática de vandalismo e iconoclastia é um ataque direto a discursos políticos e subjetividades, na medida em que

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado<sup>244</sup>

Nessa chave, convém ressaltar algumas das obras dentre as muitas que foram destruídas ou depredadas no ato golpista de 8 de janeiro. Dentre o acervo do Senado Federal, encontra-se um painel vermelho em madeira, do artista plástico Athos Bulcão, que foi talhado com algum objeto cortante, ato que foi interpretado como deliberado por Daniela Name, curadora e mestra em História e Crítica da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>245</sup>, hipótese seria condizente com a aversão bolsonarista pela cor vermelha: o bordão “Nossa bandeira jamais será vermelha” surgiu entre meados de 2016, mobilizando uma antiga associação entre a cor vermelha e o comunismo<sup>246</sup>, um dos significantes vazios operados pelo bolsonarismo e considerado por Bolsonaro e seus apoiadores como uma ameaça real à nação.

No Palácio do Planalto, a pintura *As Mulatas* (1962), do modernista brasileiro Di Cavalcanti foi atingida por sete rasgos de diferentes tamanhos<sup>247</sup>. A composição do mural figura quatro mulheres negras numa cena cotidiana, e faz parte de uma série de tema recorrente na obra do artista, cuja produção comumente “retrata mulheres negras num lugar de relevância da matriz africana na sociedade brasileira”<sup>248</sup>. O modo como foram realizados os talhos na pintura — senquenciados, ordenados e espalhados por toda extensão da tela — demonstra uma intencionalidade marcante em depredar a obra, cujo conteúdo e simbolismo vão de encontro às declarações de cunho racista e xenofóbico feitas, em diversas ocasiões, pela figura central do bolsonarismo.<sup>249</sup>

A escultura *A justiça* (1961), do artista plástico brasileiro Alfredo Ceschiatti, situa-se em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, e foi encomendada na época da construção de Brasília para compor a decoração da sede do STF. A

---

<sup>244</sup> Gonçalves, 2015, p. 218

<sup>245</sup> Amâncio, 2023

<sup>246</sup> Braun, 2022

<sup>247</sup> Farias, 2023

<sup>248</sup> Maria, p. 89, 2018

<sup>249</sup> Folha de São Paulo, 2022[b]

obra, feita em granito, figura uma mulher enquanto representação do Poder Judiciário, de olhos vendados — a fim de denotar a imparcialidade da justiça — e portanto uma espada, que alude à força por vezes necessária para se estabelecer o direito. No 8 de janeiro de 2023, partidários do bolsonarismo tomaram-na como alvo, amarrando uma bandeira do Brasil no pescoço, suscitando o ato de enforcamento da figura<sup>250</sup>. O Supremo Tribunal Federal e seus ministros foram e continuam sendo alvo de constante ataque por parte do ex-presidente e dos bolsonaristas, desde com acusações sobre a parcialidade da corte até ameaças direcionadas a membros específicos<sup>251</sup>. A depredação da obra não pode ser interpretada como contingente e sim como um ato deliberado, dotado de um caráter dicotômico, uma vez que é notável

[...] a ambivalência dessas atitudes iconoclastas, nas quais aqueles mesmos que destroem as imagens são, antes de mais nada, os que se sentem por elas ameaçados, reconhecendo-lhes assim implicitamente seu poder, a despeito de negarem violentamente esse fato<sup>252</sup>

Posto isso, é possível interpretar a destruição das obras de arte protagonizadas por bolsonaristas como uma forma de iconoclastia — do grego *eikon*, ícone ou imagem e *klastein*, quebrar. Uma das primeiras aparições da prática iconoclasta remonta ao Império Bizantino e à proibição do culto a ícones religiosos e, posteriormente, a instituição da prática de destruição de ídolos no século VIII. É a partir desse contexto que se fundam aspectos da relação contemporânea com a imagem e seus significados, à transfiguração do que é representado na imagem enquanto algo real e palpável:

A imagem fez uma entrada real em nossa cultura. Nela, a encarnação cristã deu à transcendência invisível e atemporal sua dimensão temporal e visível, transcendência que negocia com o acontecimento [...]. Doravante, no Ocidente, a manifestação do visível [...] se endereça aos corpos vivos dotados de palavra e julgamento<sup>253</sup>

As práticas iconoclastas, entretanto, não se restringem ao contexto religioso, tendo-se desde então enveredado para âmbitos políticos e sociais: manteve-se o estatuto da imagem enquanto veículo de conceitos e enquanto representação de uma verdade. Num contexto mais moderno, o movimento modernista das vanguardas européias, no início do século XX, propunha uma renovação estética que se distanciava radicalmente do cânone de

---

<sup>250</sup> Amâncio, 2023

<sup>251</sup> Folha de São Paulo, 2022[a]

<sup>252</sup> Gonçalves, 2015, p. 222

<sup>253</sup> Mondzain *apud* Cesar, 2009, p. 32

representação estabelecido até então e, nesse ímpeto chegou a “a anunciar de forma iconoclasta a destruição de bibliotecas e museus, negando o retorno ao passado”<sup>254</sup>.

A iconoclastia empreendida por bolsonaristas nas invasões de 8 de janeiro pode ser entendida a partir de uma ótica distinta: não enquanto movimento religioso ou que almeja a renovação dos padrões estabelecidos, mas enquanto reação a uma suposta ameaça localizada nos significantes vazios elegidos pelo bolsonarismo enquanto inimigos, uma resposta violenta ao que é entendido como um ataque aos “valores comuns, como pátria, família, tradição, religião”<sup>255</sup>. Visando se defender dessa ofensiva percebida, ergue-se uma crença de que “seu mais importante dever, seu mais urgente compromisso, é destruir os totens, expor as ideologias, desenganar os idólatras”<sup>256</sup>, e assim o fizeram em 8 de janeiro de 2023. Partidários do bolsonarismo ilegitimamente identificam aí uma espécie de patologia social que impediria a “articulação de sentimentos como injustiça ou sofrimento mesmo em seu nível afetivo mais primário”<sup>257</sup> e reagem colericamente, tendo as imagens e representações das obras enquanto alvo, em função da

[...] conexão direta entre o status da imagem e a política. Destruir imagens sempre foi uma ação cuidadosamente planejada, governada e elitista [...] Embora a palavra representação apareça ainda mais vividamente na esfera pública do que na ciência, na religião e na arte, nós não tratamos o iconoclasmo na política como um domínio separado<sup>258</sup>

Posto isso, ainda há de ressaltar uma outra dimensão da iconoclastia bolsonarista, advinda do caráter pretérito da arte na modernidade, identificado por Hegel e explicitado no segundo capítulo desta monografia. Em virtude da incongruência entre o conteúdo interior da Ideia e sua exteriorização sensível, a arte perde sua capacidade de fornecer ao ser humano a satisfação espiritual que outrora era de sua competência, independente de quão aprazível essa possa ser esteticamente:

Por mais que queiramos achar excelentes as imagens gregas de deuses e ver Deus Pai, Cristo e Maria expostos digna e perfeitamente — isso de nada adianta, pois certamente não iremos mais inclinar os joelhos.<sup>259</sup>

---

<sup>254</sup> Coelho, 2022, p. 53

<sup>255</sup> Schwarcz, 2020

<sup>256</sup> Latour, 2008, p. 119

<sup>257</sup> Campello, 2022, p. 134

<sup>258</sup> *Ibid*, p. 143

<sup>259</sup> Hegel, 2015, p. 118

Nesse contexto, é a reflexão filosófica e conceitual que permite a apreensão do conteúdo exposto pela obra e não a percepção dos sentidos: o âmbito estético, portanto, serve como substrato para o entendimento das determinações postas pelo objeto artístico, entendimento possível apenas de modo mediado, a partir da racionalização interior realizada pelo sujeito. Essa contemplação intelectual do objeto, entretanto, é incompatível com a configuração do discurso da ideologia bolsonarista, que encontrou no anti-intelectualismo “uma arma muito pouco custosa e relativamente eficaz”<sup>260</sup> para instigar e inflamar seus partidários. Empreendendo uma tática característica de regimes populistas, nos quais a adesão das massas se dá significativamente em função da “construção de um senso de identificação sentimental com o líder”<sup>261</sup>, o bolsonarismo se opõe a

[...] todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apoia, e os diabólicos, que os contestam [...] odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando-se do ressentimento que a extrema direita tem por essas figuras.<sup>262</sup>

Em virtude dessa incompatibilidade, a apreensão efetiva do conteúdo posto pelas obras de arte na modernidade é tolhida, e seu conteúdo é percebido inadequadamente na forma de “mera casualidade [...] que não deve reivindicar nenhuma validade [...] uma vez que o espírito não encontra nela sua verdadeira essência”<sup>263</sup>. Dessa forma, para aqueles imersos na ideologia bolsonarista, a arte perde sua capacidade de veicular, a partir do sensível, as determinações próprias de seu conceito: torna-se apenas um simulacro finito de exterioridade. Este, por sua vez, quando carrega em seus aspectos formais e tangíveis algo que o enquadre como alinhado a algum dos muitos significantes vazios que o bolsonarismo toma como adversários, como um verdadeiro mal a ser combatido, torna-se objeto de uma imediata reação advinda das paixões e afetos: eis que surge a iconoclastia bolsonarista.

O capítulo que aqui se finda teve como objetivo investigar algumas das facetas do bolsonarismo, um dos fenômenos mais paradigmáticos e relevantes para a compreensão da política brasileira no século XXI, a partir da chave estética, a fim de expor a configuração interna de seu discurso e localizar neste algumas das razões pelas quais esse movimento consegue cooptar um número tão expressivo de partidários sob a égide da extrema-direita. O panorama contemporâneo é alarmante: Bolsonaro e o bolsonarismo são apenas algumas

---

<sup>260</sup> Szwako; Souza, 2022, p. 203 - 204

<sup>261</sup> Boas; Itocazo; Mello, 2021, p. 5

<sup>262</sup> Chauí *apud* Löwy, 2020, p. 19

<sup>263</sup> Hegel, 2015, p. 258

dentre as múltiplas instâncias da recente ascensão da extrema-direita, fenômeno que tem assolado diversos países, cerceando a competição partidária e a democracia<sup>264</sup>.

Urge, portanto, à ciência política e às áreas correlatas a tarefa de compreender e explicitar as múltiplas apresentações desse fenômeno, a partir de todas as perspectivas que forem cabíveis. Assim sendo, foi também objetivo deste capítulo — e dessa monografia como um todo — apresentar a proficuidade de abordagens que escapam à literatura tradicional e canônica da ciência política, a saber, a estética e a filosofia de Hegel. Acerca da estética, é necessário se desprender da concepção míope de que esta opere apenas dentro das academias de arte ou se ocupe unicamente de investigar, de modo circular, a arte *pela e para* a própria arte. No que concerne à filosofia de Hegel, faz-se necessário lembrar que o cerne de sua filosofia se envereda a partir de noções “— liberdade, sujeito, espírito, conceito —”<sup>265</sup> que circundam e interpelam a política com questões fundamentais e basilares, que formam o alicerce de qualquer análise que pretende ser científica. Com efeito, é essencial ressaltar que

A ascensão do fascismo em nossa época exige uma reinterpretação da filosofia de Hegel. Esperamos que a análise aqui apresentada demonstre que os conceitos básicos de Hegel são hostis às tendências que levaram à teoria e à prática fascistas.<sup>266</sup>

## 5. Considerações finais

A monografia aqui apresentada empreendeu um esforço de natureza eminentemente teórico, com o intuito de perscrutar dois momentos paradigmáticos na história política do Brasil, a partir de uma metodologia de análise heterodoxa, no que concerne à ciência política, e tendo como principal interlocutor um autor cuja obra raramente se arvora para além da produção acadêmica no campo da filosofia, a fim de demonstrar a possibilidade de um alargamento do horizonte metodológico, bibliográfico e interpretativo no âmbito da teoria política.

Embora o primeiro capítulo deste texto se dedique primariamente à explicitação das bases teóricas a serem mobilizadas nos capítulos posteriores, o conteúdo exposto neste foi capaz de fornecer noções de significativa relevância metodológica no que concerne à abordagem da relação entre a estética e a política. Em primeiro lugar, torna-se evidente a incompletude da interpretação da estética enquanto âmbito exclusivamente artístico: antes de ser uma filosofia da arte e do belo, a estética é essencialmente uma investigação acerca da

---

<sup>264</sup> Fukushima; Ferraz, 2021, p. 4

<sup>265</sup> Marcuse, 1978, p. 19

<sup>266</sup> *Ibid*, p. 9

percepção sensível, tanto da realidade material externa quanto das subjetividades interiores de cada indivíduo — seus afetos, paixões, sentimentos ou sensações. Verificou-se nessa dimensão da esfera estética um potencial político infindável, na medida em que toda experiência do indivíduo, seja com o ambiente que o circunda ou com em suas interações com a coletividade na qual este se insere, é inexoravelmente mediada pela percepção e pelos sentidos.

Em segundo lugar, a partir da exposição das origens de algumas das teses de Hannah Arendt — cujo pensamento político ecoa vividamente na ciência política — verificou-se a capacidade de conceitos provenientes da estética, mesmo quando elaborados com o intuito expresso de se analisar fenômenos artísticos — como é o caso do juízo reflexionante kantiano, apropriado pelo pensamento político arendtiano — são passíveis de aplicações em investigações de natureza política para além da análise de propaganda, podendo ser reinterpretados a fim de abstrair destes um conteúdo político; essa mesma característica foi marcante na exploração dos postulados de Hegel acerca da necessidade humana da produção artística e de apreensão da satisfação espiritual por meio do sensível, que foram transpostas aqui para a esfera política enquanto necessidade dos indivíduos de perceberem, de modo não mediado, a efetividade do ordenamento institucional que os circunscreve.

Uma vez postas as considerações iniciais e estabelecida a chave de leitura a ser utilizada enquanto norte da aplicação dos postulados hegelianos acerca da estética no contexto desta monografia, inicia-se a partir destes a investigação acerca do Segundo Reinado no que tange a relação entre fenômenos de caráter estético e a política. Decerto que o papel preponderante das artes enquanto ferramenta que almejava auxiliar a garantia dos interesses políticos do Império e de D. Pedro II é notado por diversas análises que tomam o período como objeto, entretanto, a utilização da bibliografia já consolidada em paralelo à análise de inspiração hegeliana própria desta monografia foi capaz de oferecer um ponto de vista instigante. Percebeu-se uma complementaridade entre as duas literaturas, na medida em que a interpretação advinda da leitura hegeliana foi ao encontro das leituras consensuais que abordam a produção artística no contexto da política imperial, entretanto, a partir de uma perspectiva proveniente da mesma temporalidade do século XIX e que contém em si noções que se avizinham de concepções correntes no Segundo Reinado — a proximidade do romantismo, a centralidade do Estado, o apreço pela arte enquanto meio de veiculação da verdade, entre outros. Esse aspecto suscita duplamente a importância de não desprezar a utilização da obra hegeliana em investigações com objetivos análogos, uma vez que os achados provenientes de sua aplicação não entram em atrito com o consenso científico acerca

do período — denotando sua validade — e a possibilidade desta de oferecer um olhar endógeno ao século XIX, podendo assim refinar o que é conhecido acerca de como os próprios agentes históricos do Segundo Reinado interpretavam sua incidência nos processos políticos e estéticos.

Enquanto a investigação das relações de interseção entre a estética e a política no contexto do reinado de D. Pedro II enfatizou a faceta da estética que se refere mais propriamente às artes e à produção artística, na realização da análise do bolsonarismo esse mesmo enfoque se mostrou inexecutável, tendo sido privilegiados os aspectos estéticos referentes às percepções e aos afetos, em virtude da inexistência de uma significativa produção artística bolsonarista. Embora esse fato tenha limitado o escopo de análise, o foco no âmbito comumente preterido da estética é importante para pontuar a amplitude das possibilidades de se valer dessa área do pensamento filosófico no empreendimento de análise de cunho político. A partir desses esforços, localizou-se no bolsonarismo a presença de uma ampla rede de significantes vazios, que são organizados a fim de provocar em seus partidários sentimentos de medo, repulsa, raiva ou desdém naqueles fora de suas cadeias de equivalência, ao mesmo tempo que instigam um sentimento afetivo de identificação com seu líder e de pertencimento a um grupo, cujas atitudes e posicionamentos extremados se legitimam, circularmente, em função da percepção de uma ameaça propelida por estes mesmos significantes vazios. Essa estrutura de significantes vazios foi interpretada como uma das ferramentas discursivas que forneceram ao bolsonarismo, a partir de um esforço eminentemente estético, a capacidade de se proliferar e legitimar em virtualmente todos os estratos sociais, uma vez que sua ação se dá pelo agenciamento dos afetos e paixões — dimensões universais e indissociáveis da existência humana, independente de quaisquer características externas ao sujeito. Posteriormente, a partir dessa constatação, localizou-se a presença desse modo de atuação no contexto dos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, no qual bolsonaristas empreenderam um verdadeiro iconoclasma, tomando como alvo majoritariamente obras específicas de produção artística e cultural que, no registro estético e simbólico, são percebida pelo bolsonarismo como ameaça. Neste âmbito, a filosofia de Hegel mostrou-se primordial para a adequada compreensão do fenômeno, na medida que permitiu a aglutinação coerente das diversas causas elencadas ao longo da última seção do capítulo, garantindo à análise maior solidez e universalidade.

Em linhas gerais, as investigações realizadas por esta monografia se mostraram proficuas para o campo teórico da ciência política, evidenciando perspectivas e abordagens que não possuem grande expressividade na literatura. No que concerne à utilização da

estética, torna-se possível perscrutar uma dimensão da consciência e da agência invariavelmente presente nos atores políticos, ao se abarcar também os fenômenos de natureza estética que escapam da esfera artística; no que tange à mobilização das teses de Hegel, abre-se a possibilidade de investigar os fenômenos em sua totalidade a partir de suas concepções mais basilares e fundamentais, que por vezes não são contempladas no escopo de análises mais tradicionais da ciência política.

## 6. Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **Coleção O Brasil Império Vol. III (1870 - 1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 1 - 30.

\_\_\_\_\_. Epílogo do Romantismo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 1, p. 1 - 20, 1996.

ALVES, Lídia Maria Nazaré *et al.* A representação do Índio na obra *Iracema*, de José de Alencar. **Cadernos do CNFL**, Rio de Janeiro, vol. XX, n. 8, p. 25 - 39, 2016.

ALZNAUER, Mark. Hegel on Aesthetic Reconciliation. *In*: BIRD-POLLAN, Stefan; MARCHENKOV, Vladimir (org.). **Hegel's Political Aesthetics: Art in Modern Society**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020, p. 11 - 31.

AMÂNCIO, Adriana. Destruição de obras de arte por terroristas: atentado aos Direitos Humanos. **Projeto Colabora**, Rio de Janeiro, 10 de jan. de 2023, disponível em <https://projctocolabora.com.br/ods16/destruicao-de-obras-de-arte-por-terroristas-atentado-aos-direitos-humanos/>

ARAÚJO, Maria do Socorro; CARVALHO, Alba Maria. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 146 - 156, 2021.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2002.

AVINERI, Shlomo. Hegel Revisited. **Journal of Contemporary History**, Londres, vol. 3, n. 2, p. 133 - 147, 1968.

BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825 - 1891*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BOAS, Bianca; ITOCAZO, Carolina; MELLO, Anna Carolina. Estética Bolsonarista nas redes e o populismo digital: o uso das imagens na redefinição do campo político-identitário brasileiro. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 8, 2021, São Paulo. **Anais - Grupos de Trabalho de Pós-Graduação GT3**, p. 1 - 15.

BOAS, Taylor; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**, Notre Dame, vol. 44, n. 2, p. 137 – 161, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2009.

BOLSONARO acumula frases preconceituosas contra diferentes alvos; relembre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de fev. 2022[b], disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bolsonaro-acumula-frases-preconceituosas-contra-diferentes-alvos-relembre.shtml>

BOLSONARO criticou sistema eleitoral mais de 20 vezes em 2021. **Poder360**, Brasília, 25 de dez. 2021, disponível em <https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/>

BORGES, Rebeca; FUZUEIRA, Victor; MENDES, Sandy. Vídeos: câmeras em uniformes de policiais registram invasão ao Congresso. **Metrópoles**, Brasília, 16 de jan. 2023, disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/veja-videos-do-confronto-entre-policias-e-terroristas-no-congresso-em-8-1>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer acerca da interpretação do art. 142 da Constituição Federal**. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: 1824, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei de 18 de Agosto de 1831**. Rio de Janeiro: 1831, disponível em [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-no-rma-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-no-rma-pl.html)

\_\_\_\_\_. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Rio de Janeiro: 1832, disponível em [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-36004-29-novembro-1832-541637-publicacaooriginal-47265-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-36004-29-novembro-1832-541637-publicacaooriginal-47265-pl.html)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 105 de 12 de maio de 1840**. Rio de Janeiro: 1840, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim105.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834[a]**. Rio de Janeiro: 1834, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim16.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 234 de 23 de novembro de 1841[a]**. Rio de Janeiro: 1841, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-234-23-novembro-1841-532611-publicacaooriginal-14883-pl.html>

\_\_\_\_\_. **Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841[b]**. Rio de Janeiro: 1841, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim261.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 40 de 3 de outubro de 1834**[b]. Rio de Janeiro: 1834, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-40-3-outubro-1834-563176-publicacaooriginal-87310-pl.html#:~:text=Art.,C%C3%B4rte%2C%20nem%20o%20seu%20Município>.

\_\_\_\_\_. Presidente (2019 - 2023: Jair Bolsonaro). **Discurso durante a cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília, 1 de jan. 2019, disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>

\_\_\_\_\_. **Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842**. Rio de Janeiro, 1842, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-120-31-janeiro-1842-560826-publicacaooriginal-84031-pe.html>

BRAUN, Julia. ‘Resgatar o orgulho de ser brasileiro’: o movimento para ressignificar o verde e amarelo antes da eleição e da Copa. **BBC News Brasil**, São Paulo, 29 de set. 2022, disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63069515>

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 101 - 106

BUTLER, Judith. Restaging the Universal: Hegemony and the Limits of Formalism. *In*: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left**. Londres: Verso, 2000, p. 11 - 44.

\_\_\_\_\_. *Who’s Afraid of Gender?*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2024.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59 - 83, 2001.

CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos Afetos*. São Paulo: Editora Autêntica 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**, Vitória, vol. 6, n. 2, p. 6 - 24, 2014.

CARVALHO, Zilmara; MELONIO, Danielton. As divisões das belas artes: Kant e Hegel. **Griot Revista de Filosofia**, Amargosa, vol. 18, n. 2, p. 198 - 216, 2018.

CASTRO, Danielle Ribeiro. Photographos da Casa Imperial: A Nobreza da Fotografia no Brasil do Século XIX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 4., 2013. **Anais**. Londrina: UEL, p. 823 - 843

CAVALCANTE, Sálvio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 50, p. 121 - 130, 2020.

CESAR, Marisa Flórido. A ambivalência da imagem. **Revista Poiésis**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 13, p. 31 - 34, 2009.

CIAVATTA, David. Hegel on the Aesthetic Basis of State Sovereignty. *In*: BIRD-POLLAN, Stefan; MARCHENKOV, Vladimir (org.). **Hegel's Political Aesthetics: Art in Modern Society**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020, p. 31 - 51.

CINPOES, Radu. *Nationalism and Identity in Romania: A History of Extreme Politics from the Birth of the State to EU Accession*. Londres: Bloomsbury Academic, 2010.

CLOUTIER, Sophie. Hospitalité et jugement: lecture croisée d'Hannah Arendt et de Daniel Innerarity. *In*: CLOUTIER, Sophie; DESROCHES, Dominic; PARDIÑAS, Blanca Navarro; VIGNEAULT, Luc. **Les temps de l'hospitalité: réception de l'œuvre de Daniel Innerarity**. Cidade de Québec: Presses de l'Université Laval, 2015, p. 81 - 100

COELHO, Eduardo. A memória da poesia modernista. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 36, n. 104, p. 53 - 72, 2022

CUSTÓDIO, Jefferson Lopes; SÁ, Adriana Abreu; SILVA, Fernanda Linhares. Ataques aos bens culturais: Prejuízo histórico-cultural causado no episódio de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Lisboa, vol. 15, n. 7, p. 5876 - 5895, 2023

DARRIBA, Vinicius Anciães; MARTINUZZO, José Antonio. Terrorismo, ciberterritórios, fake news e o fenômeno das massas "instrumentárias. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2023.

DE ALMEIDA, Rodrigo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185 - 213, 2019

DE MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 249 - 258, 2007.

DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824 - 1851)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

DIEGUEZ, Consuelo. *O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DOS SANTOS, Fabiano Antonio; MARTINEZ, Silvia; ZANARDINI, João Batista. Os desafios políticos para a educação e democracia na América Latina. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, vol. 24, n. 1, p. 668-677, 2020.

D'ALLONES, Myriam. Vers une politique de la responsabilité: Une lecture de Hannah Arendt. **Revue Esprit**, Paris, n. 206, vol. 11, p. 49 - 61, 1994.

FARIAS, Carolina; FIGUEIREDO, Carolina. Obra de Di Cavalcanti danificada por criminosos no Planalto é avaliada em R\$ 8 milhões. **CNN**, São Paulo, 9 de jan. 2023, disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/obra-de-di-cavalcanti-danificada-por-criminosos-no-planalto-e-avaliada-em-r-8-milhoes/>

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Lulismo, bolsonarismo e a crise brasileira: do desenvolvimento dependente a uma política autonômica. In: OLIVEIRA, Marinalva Silva; PERRUSO, Marco Antonio; SANTOS, Fabio Luiz Barbosa (org.). **O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Mauad, 2020, p. 141 - 157

FILÓSOFA Judith Butler é agredida em aeroporto de SP e mulher leva tapa ao defendê-la. **G1**, 10 de nov. 2017, disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/filosofa-judith-butler-e-alvo-de-ofensas-em-aeroporto-de-sp-e-mulher-e-agredida-ao-defende-la.ghtml>

FUKUSHIMA, Kátia; FERRAZ, Ana Targina. A ascensão da extrema-direita e as consequências para as democracias. **Argumentum**, Vitória, vol. 13, n. 2, p. 4 - 7, 2021.

GARCIA, Janaina. Manifestantes protestam contra e a favor de filósofa americana Judith Butler em São Paulo. **UOL**, São Paulo, 7 de nov. 2017, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contra-filosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>

GEORGE, Theodore. What is the Future of the Past? Gadamer and Hegel on Truth, Art and the Ruptures of Tradition. **Journal of the British Society of Phenomenology**, Londres, vol. 40, n. 1, p. 4 - 20, 2009.

GIANOTTI, José Arthur. Crítica: Sofrimento de Indeterminação. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 80, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211 - 228, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro n. 1, p. 5 - 27, 1988.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Introductory Lectures on Aesthetics*, trad. Bernard Bosanquet. Londres: Penguin Books, 1993.

\_\_\_\_\_. *Phenomenology of Spirit*, trad. Arnold V. Miller, Oxford: Oxford University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Précis de l'Encyclopédie des Sciences Philosophiques*. Trad. Jean Gibelin. Paris: Bibliothèque des Textes Philosophiques, 1952.

\_\_\_\_\_. *Aesthetics: Lectures on Fine Art, Vol. II*. Trad. T. M. Knox, Oxford: Oxford University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *Cursos de Estética I*. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: EDUSP, 2015.

\_\_\_\_\_. *Cursos de Estética II*. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: EDUSP, 2015.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia do Espírito*, trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*. Trad. Marcos Müller, São Paulo: Editora 34, 2022.

\_\_\_\_\_. *The Encyclopaedia of the Philosophical Sciences*, trad. William Wallace. Oxford: Oxford University Press, 1959 (1873)

HELDT, Michele; DECOTHÉ, Joel. A concepção de contrato na filosofia do direito abstrato de Hegel. **Pensando**, Teresina, v. 12, n. 27, p. 2 - 16, 2021.

HOFF, Shannon. *A View from an Apartment: Hegel on Home and Homelessness in Romantic Art*. In: BIRD-POLLAN, Stefan; MARCHENKOV, Vladimir (org.). **Hegel's Political Aesthetics: Art in Modern Society**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020, p. 120 - 146.

HOULGATE, Stephen. Hegel's Aesthetics, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2024 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/hegel-aesthetics>

IBARRA, Davi. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 31, n. 2, p. 238 - 248, 2011.

ILLETTERATI, Luca. Nature's Externality: Hegel's Non-Naturalistic Naturalism. **Problemi International**, Liubliana, vol. 4, p. 51 - 72, 2020.

JUNIOR, Wilson Lemos. A Academia Imperial de Belas Artes: As Artes na História da Educação Profissional (1826 - 1880). **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 23, p. 1 - 13, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 449 - 502, 2018.

KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade de Julgar*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2018.

KOSSOY, Boris. A fotografia Além da Corte: expansão da fotografia no Brasil Império. **Acervo-Arquivo Nacional**, Brasília, vol. 22, n. 1, p. 109 - 122, 2009.

KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa : coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LAMPERT, Jay. Why there's no category of the city in Hegel's Aesthetics?. **British Journal of Aesthetics**, vol. 41, n. 3, p. 312 - 324, 2001.

LA TORRE, Carlos. Rafael Correa, un populista del siglo XXI. *In*: CHERESKY, Isidoro (org.). **¿Qué Democracia en América Latina?**, Buenos Aires: CLASCO, 2012, P. 251 - 281.

LATOURE, Bruno. O que é *iconoclash*? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? (trad. Nicole Reis). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 111 - 150, 2009.

LEAL, Tito Barros. Iracema, para além das expectativas. Ficionalização da História em José de Alencar. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Natal, vol. 4, n. 7, p. 60 - 71, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LIMA, Dário de Araújo. O juízo reflexionante kantiano e a natureza humana de representar no lugar. *In*: SERPA, Ângelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 225-253.

LINDNER, Julia. Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de jun. 2017, disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso/>

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 51 - 79, 2003.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral: SertãoCult, 2020, p. 13 - 20.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 21 - 37, 2011.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

MARIA, Mirella Aparecida dos Santos. **Transgredir para educar: das “Mulatas” de Di Calvalcanti às propostas pedagógicas engajadas e decoloniais**. Tese (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2015.

MARKUS, Gyorgy. Hegel and the End of Art. **Literature and aesthetics**, Sidney, vol. 6, n. 1, p. 7 - 26, 1996.

MAUD, Ana Maria. Imagem auto-imagem no Segundo Reinado. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil - Vol. 2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181 - 233

MENDONÇA, Arthur Lamounier. A construção hegemônica e os significantes vazios que levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes, vol. 4, n. 1, p. 43 - 56, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 14 - 22.

MIRANDA, José Alberto; FRAGA, Moisés Noé. Globalização e América Latina: impactos nos movimentos sociais, no estado e no direito na busca por mais igualdade. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro, vol. 6, n. 2, p. 275 - 305, 2018.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, p. 1 - 14, 2018.

NANAY, Bence. *Aesthetics: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Pinto. Militarismo e religiosidade: os valores do bolsonarismo e a ameaça à democracia comunicada. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 1, n. 37, p. 30 - 43, 2023.

PERRUSO, Marco Antonio; MORAES, Fernanda; VELHO, Diego Ricardo. Junho de 2013 continua interpelando a intelectualidade brasileira. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 13 - 25, 2018

\_\_\_\_\_. Golpe, onda conservadora, fascismo: a narrativa lulista como pensamento político-social. *In*: OLIVEIRA, Marinalva Silva; PERRUSO, Marco Antonio; SANTOS, Fabio Luiz Barbosa (org.). **O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Mauad, 2020, p. 21 - 41

PINTO, Célia Regina. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 68 - 99, 1999.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro e os Quartéis: a loucura como método. **Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Texto para discussão 006, 2019.

POUGY, Thiago Guimarães. A floresta virgem nas artes visuais: estudo de iconografia política brasileira. **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 8 - 30, 2023.

PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Editora Atual, 1998.

RAJAN, Tilottama. Philosophy as Encyclopedia: Hegel, Schelling and the Organization of Knowledge. **The Wordsworth Circle**, Chicago, vol. 35, n. 1. , p. 6 - 11, 2004.

REGO, Pedro Costa. Reflexão e fundamento: sobre a relação entre gosto e conhecimento na estética de Kant. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 112, p. 214 - 228, 2005.

RELEMBRE ataques de Bolsonaro a ministros do STF. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de mai. 2022[a], disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1734071836414042-relembre-ataques-de-bolsonaro-a-ministros-do-stf>

REZZUTTI, Paulo Marcelo. *D. Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Leya, 2019.

ROMANI, Cinzia. *Tainted Goddesses: Female Film Stars of the Third Reich*. Roma: Gremese Editore, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. **Revista Usp**, São Paulo, n. 58, p. 6 - 29, 2003.

\_\_\_\_\_. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

\_\_\_\_\_. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais de poder. **Revista Zum**, Rio de Janeiro, 6 de jul. 2020, disponível em <https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/>

\_\_\_\_\_. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 391-431, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Império em Procissão: Ritos e Símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SENA, Carolina Miranda. Filosofia da Arte e Teoria Estética: Um debate entre Kant e Hegel. **Kínesis**, Marília, vol. XI, n. 29, p. 1 -12, 2019.

SILVA, Marta Zorzal. Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global?. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 27, p. 33 - 54, 2014.

SILVA, Wellington Barbosa. O delegado e a teia: a montagem do aparato policial no Recife durante a primeira década do Segundo Reinado (1840 - 1850). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 21, n. 1, p. 211 - 240, 2015.

SPIGARIOL, André. Brazil Riot: Brazilian Authorities Clear Government Offices of Rioters, Official Says. **The New York Times**, Nova Iorque, 8 de jan. de 2023, disponível em <https://www.nytimes.com/live/2023/01/08/world/brazil-congress-protests-bolsonaro>

SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à Estética*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008

SZWAKO, José Leon; SOUZA, Rafael. Balbúrdia? Sobre anti-intelectualismo e ativismo científico no Brasil contemporâneo. In TATAGIBA, Luciana *et al* (org.). **Participação e ativismos**. Porto Alegre: Zouk, 2022, p. 183 - 210.

TÖMMEL, Tatjana; D'ENTREVES, Maurizio Passerin. "Hannah Arendt", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2024 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman, disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/fall2024/entries/arendt>

TOSEL, André. Hegel (1770 - 1831): O bem para além da necessidade. *In*: CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel. **História Crítica da Filosofia Moral e Política**. Lisboa: Editorial Verbo, 2001, p. 558 - 570.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816 - 1922). **Revista História em Reflexão**, Dourados, vol. 2, n. 4, p. 1 - 18, 2008.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. *In*: GALLEGÓ, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 94 - 100

VILLA, Dana R. *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WALLENSTEIN, Sven-Olov. The Place of Art in Hegel's Phenomenology *In*: MANNING DELANEY, Brian; WALLENSTEIN, Sven-Olov (org.). **Translating Hegel - The Phenomenology of Spirit and Modern Philosophy**. Huddinge: Södertörn University Press, 2012, p. 147 - 162

ZÖLLER, Günther. A atividade propriamente metafísica do homem: Nietzsche e a justificação estética da existência do mundo. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 13, p. 71 - 83, 2012.